



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Ruralidade e Sentimento de (In)segurança: os casos de Mértola e Odemira

Joana Palma de Oliveira

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais
Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Orientação científica:
Prof. Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães

Lisboa, dezembro de 2018

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Ruralidade e Sentimento de (In)segurança:
os casos de Mértola e Odemira

Joana Palma de Oliveira

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna para obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais da autoria de Joana Palma de Oliveira, sob a orientação científica do Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares.

Dedicatória

Aos meus pais,

Ao meu irmão,

Aos meus avós.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Nuno Poiares, por aceitar ser o orientador desta investigação, pela sua disponibilidade, profissionalismo, paciência e eficiência ao longo destes meses.

Ao Doutor Fábio Medina, à Sra. Vereadora Deolinda Seno Luís, Doutora Sandra Romana e Doutra Alice Romão, e todos os restantes intervenientes, pelo valioso contributo para a presente investigação, pela simpatia e disponibilidade.

À Guarda Nacional Republicana, em especial ao Comando da Doutrina e Formação, ao Comando Territorial de Beja, ao NIAVE de Beja e aos Destacamentos Territoriais de Almodôvar e Odemira, pelo profissionalismo, seriedade e eficiência.

À Polícia de Segurança Pública, em particular ao Instituto Superior de Ciências Polícias e Segurança Interna, instituição que me acolheu nesta jornada de estudos. Um agradecimento especial às funcionárias da biblioteca, pela ajuda inesgotável.

Aos meus colegas e Professores do IX Curso de Mestrado em Criminologia e Investigação Criminal, pelos momentos partilhados e conhecimentos transmitidos. Um agradecimento especial à Inês, pela amizade e companheirismo.

À minha família, pela educação que me deu, por acreditarem sempre em mim e pelo apoio incondicional em todos os momentos.

Resumo

Nas últimas décadas, como as estatísticas nos indicam, tem-se observado um envelhecimento acentuado da população portuguesa (**tabela 1**), consequência natural do aumento da esperança média de vida (**tabela 2**) e da redução da natalidade (**tabela 3**). A par deste acontecimento, surge também a tendência para a concentração populacional nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o que pressupõe a desertificação das áreas rurais do país.

Geograficamente, o meio rural apresenta-se em pequenas ou médias povoações, envolvidas pela natureza, e a sua demografia caracteriza-se pelo envelhecimento populacional. São muitos os idosos que vivem em condições de isolamento extremo, sem vizinhança próxima e, por isso, com uma grande exposição a potenciais perigos.

De acordo com estas características populacionais, considera-se pertinente o estudo do sentimento de insegurança nas áreas rurais. Acresce-se ainda a diferença inerente a cada realidade, o que suscita a pertinência em estabelecer uma comparação entre dois concelhos distintos.

Assim, para a presente investigação, são considerados os concelhos de Mértola e Odemira, ambos localizados na região do Alentejo, com vista ao estudo dos seus níveis de sentimento de insegurança, e o modo como o papel das forças de segurança é percecionado pela população idosa que habita em situação de isolamento. O objetivo do estudo traduz-se na seguinte questão de partida: De que forma a ruralidade e o isolamento das populações contribui para o seu sentimento de (in)segurança?

Para alcançar o objetivo proposto recorreu-se à aplicação de inquéritos por questionário às forças de segurança locais e a profissionais da área social que estabelecem contacto frequente com a população em estudo. Foi também realizada uma pesquisa de campo que possibilitou o contacto direto com algumas destas pessoas, assim como a observação da dinâmica da ação social a si dirigida.

Através deste método apurou-se um sentimento de insegurança mais elevado no concelho de Odemira e confirmou-se, também, a relevância que as forças de segurança e os serviços sociais têm na sua manutenção em ambas as realidades.

Palavras-Chave: meio rural, isolamento, sentimento de insegurança, forças de segurança, prevenção policial.

Abstract

In the last decades, as statistics tell us, there has been a marked aging of the Portuguese population (**table 1**), the natural consequence of the increase in the average life expectancy (**table 2**) and birth rate reduction (**table 3**). Along with this event, there is also a trend towards population concentration in the large metropolitan areas of Lisbon and Porto, which presupposes the desertification of rural areas of the country.

Geographically, rural area is found in small medium-sized settlements, surrounded by nature, and its demography is characterized by population aging. There are many aging people living in extreme isolation, with no close neighborhood and therefore with great exposure to potential dangers.

According to these population characteristics, it is considered relevant to study the feeling of insecurity in rural areas. In addition, there is the difference inherent in each reality, which raises the relevance to establish a comparison between two different municipalities.

So, for the present investigation, are considered the municipalities of Mértola and Odemira, both located in the Alentejo region, with the purpose to study their levels of feeling of insecurity, and the way the role of security forces is perceived by the elderly population that lives in isolation. The purpose of the study can be summarized in the following starting question: How rurality and isolation of populations contribute to their feeling of (in)security?

In order to achieve the proposed objective, questionnaires were applied to the local security forces, and to social workers who establish frequent contact with the studied population. A field survey was also carried out, which enabled direct contact with some of these people, as well the observation of the dynamics of social action directed at itself.

Through this method, a higher level of insecurity was detected in the municipality of Odemira, and it was also confirmed the relevance that the security forces and social services have in their maintenance in both realities.

Key Words: Rural areas, isolation, feeling of insecurity, security forces, police prevention.

Índice Geral

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
<i>Abstract</i>	iv
Índice de Anexos	vii
Índice de Tabelas	viii
Índice de Siglas	ix
Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento Teórico	4
1.1 Sentimento de Insegurança	5
1.2 Forças de Segurança	20
1.3 Prevenção Criminal	30
1.4 Policiamento em Contexto Rural	31
1.5 Meio Rural	33
1.6 Isolamento	40
Capítulo II - Ruralidade e Segurança	42
Capítulo III - O Método	44
3.1 Enquadramento Metodológico	44
3.2 Os Inquiridos	45
3.3 Recolha de Dados	46
3.3.1 Pesquisa de Campo	46
3.3.2 Inquérito por Questionário	47
3.4 Tratamento dos Dados	49

Capítulo IV - Análise Empírica - Estudo de caso.....	51
4.1 Mértola e Odemira: Caracterização	51
4.2 Análise da Pesquisa de Campo	55
4.3 Análise dos Questionários	57
4.3.1 Vertente Social	57
4.3.2 Vertente Segurança	61
4.4 Análise Global	66
Considerações finais	69
Bibliografia	73
Webgrafia	78
Legislação Consultada	80
Anexos.....	81
Tabelas	103

Índice de Anexos

Anexo A - Guião e respostas ao inquérito por questionário dirigido à Técnica Superior de Serviço Social do Gabinete de Inserção Social, da CM de Mértola	82
Anexo B - Guião e respostas ao inquérito por questionário dirigido à Diretora do Apoio Domiciliário da SCM de Mértola.....	86
Anexo C - Guião e respostas ao inquérito por questionário dirigido ao Psicólogo do Projeto <i>Avidavale</i> , de Odemira	91
Anexo D - Guião de inquérito por questionário dirigido à SPC do Destacamento Territorial de Almodôvar	95
Anexo E - Guião de inquérito por questionário dirigido à SPC do Destacamento Territorial de Odemira	98
Anexo F - Guião de inquérito por questionário dirigido ao NIAVE do Comando Territorial de Beja	101

Índice de Tabelas

Tabela 1: Índice de envelhecimento nacional	104
Tabela 2: Esperança média de vida nacional	104
Tabela 3: Taxa bruta de natalidade nacional	104
Tabela 4: População residente: total e por grandes grupos etários 2001	105
Tabela 5: População residente: total e por grandes grupos etários 2013	105
Tabela 6: População residente: total e por grandes grupos etários 2017	105
Tabela 7: Densidade populacional	106
Tabela 8: Índice de envelhecimento	106
Tabela 9: População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente: total e por sexo	106
Tabela 10: Crimes registados na GNR: total e por tipo 2001	107
Tabela 11: Crimes registados na GNR: total e por tipo 2013	107
Tabela 12: Crimes registados na GNR: total e por tipo 2017	107

Índice de Siglas

CIAVE - Curso de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas

CM - Câmara Municipal

CRP - Constituição da República Portuguesa

EPAV - Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima

FA - Forças Armadas

FS - Forças de Segurança

GAVA - Gabinete de Apoio à Vítima e Agressor

GIS - Gabinete de Inserção Social

GNR - Guarda Nacional Republicana

LSI - Lei de Segurança Interna

LOGNR - Lei Orgânica da GNR

MAI - Ministério da Administração Interna

NAV - Núcleo de Atendimento à Vítima

NIAVE - Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas

OPC - Órgão de Polícia Criminal

PJ - Polícia Judiciária

PSP - Polícia de Segurança Pública

RASI - Relatório Anual de Segurança Interna

SCM - Santa Casa da Misericórdia

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SIS - Serviço de Informações de Segurança

SPC - Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário

Introdução

O meio rural apresenta-se como um espaço contextualizado na natureza. Caracteriza-se pela baixa densidade populacional, que é muito inferior à registada nos meios urbanos, o povoamento é disperso, a urbanização fraca, e as principais atividades desenvolvidas relacionam-se com a agricultura e pecuária, assistindo-se apenas recentemente à expansão dos setores secundário e terciário. É um espaço com uma organização da vida local específica (Carmo, 2009, p.274) mas, nas últimas décadas, teve que se readaptar às influências provenientes dos grandes centros urbanos.

As diferenças na organização espacial entre o meio rural e o meio urbano “condicionam e refletem-se nas condutas dos indivíduos e na forma como estes interagem entre si” (Carmo, 2009, p.259), nomeadamente no que se refere ao crime e à perceção que os indivíduos têm deste.

A realidade criminal regista-se com maior expressão nos meios urbanos, pelas características a si inerentes. A constante criação de oportunidades de emprego e a densidade populacional elevada confluem numa organização habitacional concentrada e, por isso, mais propiciatórias aos atos delituosos. Segundo um estudo realizado em 2004, Graça Frias (2004, p. 5) explica que os inquiridos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto “revelam maiores níveis de medo e de preocupação pela ordem social do que os residentes dos distritos do litoral e interior”. Por estas razões, a gestão da segurança e a criação de constantes estratégias de combate ao crime nos meios urbanos são mais frequentemente objetos de estudo.

Por outro lado, o meio rural regista menor criminalidade, mas reúne uma série de condições genéricas para o acontecimento de atividades ilícitas. Contrariamente ao meio urbano, o meio rural privilegia grandes áreas sem habitantes e, apesar de haver aglomerados populacionais, há também habitações que se encontram mais isoladas. O menor policiamento, derivado ao número reduzido de habitantes, e também mais difícil, devido à extensão de área, são fatores aliciantes à prática de atos criminosos, acrescentando também uma das características mais expressiva desta população, que é o envelhecimento.

É este desfasamento entre duas realidades o mote para a presente investigação, que assume o carácter de estudo de caso, na medida em que o seu “propósito (...) é reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre um fenómeno” (Patton, 2002 *in* Freitas e Jabbour, 2011, p.8). Neste caso, o estudo de duas realidades geograficamente diferenciadas é o foco central, com o intuito de posteriormente estabelecer uma comparação entre si.

Numa sociedade na qual o mundo urbano é o objeto central de muitas preocupações considera-se pertinente a abordagem desta investigação, no sentido que contribui para a expansão do conhecimento acerca da ocorrência de crimes contra idosos, e da atuação e prevenção policial num contexto rural. Também é tida em conta a forma como estes fenómenos são percecionados pelos seus habitantes, considerando as características específicas que lhes são inerentes.

Duas das características estruturantes, comuns aos dois concelhos em estudo, Mértola e Odemira, é o envelhecimento populacional e a situação de isolamento em que muitas pessoas se encontram. Pretende-se estabelecer uma comparação entre estes dois concelhos de modo a compreender as diferenças inerentes ao sentimento de insegurança, enriquecendo também o estudo através da observação de duas realidades que têm, por um lado, fatores estruturantes comuns e, por outro, características diferenciadoras que poderão estabelecer uma analogia interessante para a temática proposta.

No estudo do sentimento de insegurança destas populações tem-se em consideração o papel das forças de segurança (FS), nomeadamente os modelos de prevenção e intervenção por si aplicados em contexto rural, bem como o papel das autarquias locais e dos projetos desenvolvidos localmente para oferecer suporte aos habitantes idosos. Estes, encontrando-se em situação de isolamento geográfico, poderão ser mais suscetíveis à vitimização e, havendo uma consciência deste fator, poderá ser exercida uma influência significativa no seu sentimento de insegurança.

De acordo com a informação acima mencionada, e tendo em consideração que “a melhor forma de começar um trabalho de investigação social consiste em nos esforçarmos por enunciar o projeto sob a forma de uma pergunta de partida” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 41), surge-nos a questão:

- De que forma a ruralidade e o isolamento das populações contribui para o seu sentimento de (in)segurança?

Para responder à questão acima referida, e partindo da sua desconstrução, estabelece-se como objetivo geral a reflexão sobre as diferenças inerentes ao sentimento de insegurança dos indivíduos idosos que habitam em contextos isolados nos concelhos de Mértola e Odemira, a atuação/intervenção e prevenção efetuadas pelas FS de cada concelho (GNR), e compreensão da forma como esta atuação é percebida pelos habitantes em estudo.

E, de acordo com o objetivo geral previamente referido, surgem então os seguintes objetivos específicos:

1. Análise do sentimento de (in)segurança junto de indivíduos com idades iguais ou superiores a 65 anos, que habitam em situação de isolamento, isto é, que não se insiram num aglomerado populacional, ou não tenham vizinhos nas proximidades, nos concelhos em estudo;
2. Verificação das medidas adotadas e direcionadas para os indivíduos com as características supra referidas, com a colaboração de especialistas das áreas sociais dos concelhos de Mértola e Odemira;
3. Referenciação e avaliação das medidas preventivas e interventivas da GNR, direcionadas para a população com as características previamente mencionadas.

A realização deste estudo divide-se em quatro capítulos. No primeiro é realizado um enquadramento teórico, de modo a contextualizar a temática em estudo. É aqui realizada a desconstrução dos conceitos-chave: meio rural, isolamento, sentimento de insegurança, forças de segurança e prevenção policial.

O segundo capítulo é dedicado ao Estado da Arte, no qual são expostos estudos que se referem à ruralidade e segurança; e onde se apresentam exemplos inseridos no panorama português, bem como casos externos.

O terceiro capítulo é dedicado ao método adotado na fase empírica da presente investigação: inclui os instrumentos de recolha, a descrição dos participantes e o método de amostragem.

No quarto capítulo surge a análise empírica: neste são revelados, analisados e interpretados os resultados obtidos no estudo empírico. Como estamos perante um estudo de caso, também foi realizado um enquadramento geográfico e demográfico das realidades em estudo, de modo a melhor interpretar os resultados obtidos através dos instrumentos de recolha.

E, por fim, são apresentadas as conclusões, os constrangimentos da investigação, uma proposta de novas linhas de investigação e recomendações de ação.

I. Enquadramento Teórico

Neste capítulo pretende-se “fazer o ponto da situação acerca dos conhecimentos que interessam para a pergunta de partida” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 50). Com o objetivo de contextualizar e fundamentar teoricamente a presente investigação, neste primeiro capítulo são definidos os conceitos de sentimento de insegurança, forças de segurança e seu papel preventivo e interventivo, isolamento e meio rural. A estes conceitos estão intrinsecamente relacionados outros complementares, como é o caso de meio urbano, medo crime, ou os , que importam igualmente introduzir na discussão como forma de melhor compreender a realidade em estudo.

São também referidas e exploradas as características inerentes a cada concelho em estudo, Mértola e Odemira, designadamente as geográficas e sociodemográficas. Esta caracterização é tida como fulcral, na medida em que são apontadas as especificidades destes locais, auxiliando a compreensão relacional entre estas, a ocorrência de crimes e, por fim, com o sentimento de insegurança. Esta relação assume caráter de importância, uma vez que é fundamental na definição de medidas preventivas e dos programas de apoio, com vista ao melhoramento e manutenção do sentimento de (in)segurança desta população.

1.1 Sentimento de Insegurança

O conceito de sentimento de insegurança ocupa uma posição de destaque no presente estudo. A sua mensuração junto das populações definidas contribui para o apuramento da forma como estas se sentem perante o crime na região, e como isso afeta a sua perceção de segurança. Revela-se, assim, como um forte indicador a considerar, refletindo o modo como o crime poderá afetar a forma de estar e sentir dos indivíduos no seu quotidiano.

A subjetividade, na qual o sentimento de insegurança está envolto, representa um obstáculo a uma definição que seja consensual a todos os autores. Como tal, propõe-se uma desconstrução do conceito através da abordagem de outros diretamente relacionados, que convergirão nas perspetivas de diversos autores, concordantes ou discordantes entre si.

Na discussão do conceito de sentimento de insegurança parece-nos pertinente a abordagem ao conceito de segurança e o seu significado atual. Esta apresenta-se como um pilar fundamental à vida em sociedade, a par do bem-estar e da justiça (Cotta, 2005, p.1), constituindo-se, assim, como uma necessidade humana (Oliveira, 2006, *in* Seixas, 2013, p. 8).

A segurança é tida como um direito que se encontra, inclusivamente, consagrado na Constituição da República Portuguesa (“Todos têm direito à liberdade e à segurança”¹), bem como na Declaração Universal dos Direitos Humanos (“Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”² - Assembleia Geral ONU, 1948). E, como refere Chesnais (1981, *in* Seixas, 2013, p. 8), deve, por esta razão, ser providenciada por uma entidade externa ao cidadão individual, assegurando a segurança comum.

De acordo com Pereira (2007, *in* Seixas, 2013, p. 12), a segurança é uma atividade prioritária que deve ser desenvolvida ininterruptamente, tendo como missão a garantia da ordem, segurança e tranquilidade pública, proporcionando à sociedade um sentimento de

¹ Constituição da República Portuguesa, art. 27º, nº 1.

² Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 3º.

segurança. Na perspetiva de Amaral (1994, *in* Seixas, 2013, p. 9), esta deve ser da responsabilidade da Administração Pública, sendo exercida pela Polícia.

Também a sua atualização constante deve ser tida em conta, como nos ensina Cotta (2005, p.1), na medida em que surgem, com o avançar dos tempos, desafios constantes que se colocam à manutenção da segurança, como é o exemplo da tecnologia, mudanças cada vez mais aceleradas, competição desenfreada e o processo da globalização. Também Poiães (2013, 2015) refere que estas mudanças, apesar de contribuírem para o crescimento de Portugal, são responsáveis pelo surgimento de vários fatores, como as desigualdades ou crescimento urbano descontrolado, propiciadores do aumento do sentimento de insegurança que, através dos *media*, se dissemina mais rapidamente. Detendo estes maior influência junto da população quando comparados com a realidade que se vive.

Também nos parece pertinente a abordagem à questão da insegurança. Esta apresenta alguns paradoxos, o que demonstra as ambiguidades inerentes a este conceito, provando, por conseguinte, a dificuldade na sua definição e mensuração. Por exemplo, segundo Fernandes e Rêgo (2011, p. 171), no seu estudo sobre a cidade, os sítios que mais despertam insegurança nas pessoas não são os mesmos onde a criminalidade é mais frequente. É disso exemplo o facto de haver um receio acrescido no período noturno, quando é neste que se registam menos crimes. O mesmo acontece com o maior medo de ofensas à integridade física, quando a maioria dos crimes registados é contra a propriedade. E, por fim, alguns indivíduos que já foram vitimizados demonstram menos medo do que outros que não o foram.

Abordando agora mais diretamente o sentimento de insegurança, de um modo objetivo e genérico, podemos recorrer a estatísticas das ocorrências policiais. Estas apresentam-nos concretamente os factos que nos indicam situações de insegurança, como crimes e delitos contra pessoas, contra património e propriedade, ou mesmo crimes relacionados com estupefacientes. Estas estatísticas, combinadas com o conhecimento das características demográficas das populações visadas, podem contribuir para o estabelecimento de uma definição e de uma forma de mensurar o sentimento de insegurança (Cotta, 2005, p.5).

Também Matias e Fernandes (2009, p.11) consideram o crime um fator influenciador do sentimento de insegurança, mas não o único, uma vez que ‘‘a relação entre criminalidade e sentimento de insegurança não é causal nem linear, pelo que o fenómeno é mais complexo do que poderia parecer’’.

Nesta senda, Roché (*cit in* Jean-Luc Mathieu, 1995 *in* Cotta, 2005, p.5) explora vários fenómenos psicossociológicos, que diferem de indivíduo para indivíduo, enquadram-se numa esfera de forte subjetividade, e que podem ter um papel fundamental na definição do conceito de sentimento de insegurança. Estes referem-se à forma como um indivíduo avalia o ambiente onde está inserido, bem como a consciência que tem dele e tudo o que lhe está intrínseco, revelando-se crucial na avaliação da sua segurança.

O autor Francis Cotta (2005, pp.5-7) enumera alguns fatores sociais, comportamentos e criminalidade passíveis de gerar insegurança. Nos fatores sociais são considerados fenómenos como a pobreza, a precariedade de emprego, o desemprego, o receio quanto ao futuro, a exclusão, e as situações de *gueto*. Nos comportamentos marginais incluem-se o consumo de drogas e as incivildades. Por último, relacionado com criminalidade, o autor refere a delinquência juvenil, a pequena criminalidade, a violência urbana, o tráfico de drogas, a alta violência, o crime organizado e o terrorismo.

Diretamente relacionado com os fatores psicossociológicos, os autores Fernandes e Rêgo (2011, p. 172) afirmam que a individualidade deve ser tida em conta. Esta remete para o espaço psicológico de cada sujeito, uma vez que ‘‘o medo é uma emoção, o sentimento de insegurança é uma ressonância psicológica do modo como se percecionam certas realidade’’. Conclui-se, portanto, que a forma como a realidade é construída no psicológico individual apresenta uma influência determinante na construção do sentimento de insegurança do indivíduo.

Cotta (2005, pp. 3-4) aponta ainda o conjunto de mudanças ao nível global a que se tem assistido nas últimas décadas, nomeadamente as mudanças sociais, capazes de contribuir largamente para o desenvolvimento do sentimento de insegurança e sua proliferação nas sociedades atuais.

A dinâmica social, assim como as suas mudanças profundas e rápidas, promovem um desequilíbrio no nível estrutural, uma vez que ‘‘a vida em grupo caracteriza-se pela

existência de alguns fatores de coesão, tais como os sociais, a socialização e o controle social”.

Os valores sociais são tidos como “ideias, normas, conhecimentos, técnicas e objetos materiais” que criam um sentimento de pertença e de partilha, ou seja, são fatores unificadores da sociedade, importantes para a manutenção da coesão social. Quando estes estão em risco, estamos perante uma crise de valores tradicionais, que são ameaçados por mudanças do foro individual, como por exemplo, o consumismo, o enriquecimento ou o carreirismo, de forma desmedida e incontrolada.

A socialização, enquanto processo que oferece aos indivíduos as ferramentas socio-culturais do meio onde se inserem e os prepara para integrar na estrutura, tem como finalidade contribuir para a harmonia social. Este processo é essencialmente promovido pelas instituições família, igreja e escola, que participam na formação individual desde cedo, incutindo os valores base da sociedade que integra. Quando uma destas instituições não consegue cumprir as suas funções, por algum motivo, poderá criar repercussões negativas na sociedade, no futuro.

Neste sentido surge o controlo social, que se apresenta como um conjunto de regras, pelas quais as sociedades se regem para manter a coesão de condutas, com o objetivo final de garantir o cumprimento dos modelos estabelecidos. Quando estamos perante uma crise, as instituições de controle social recorrem a sanções como instrumentos para a manutenção da ordem e coesão social, intervindo de forma diferenciada entre si. A família, as escolas e a igreja apresentam uma atuação informal e, pelo contrário, a polícia, os tribunais e as prisões atuam num âmbito formal. Assim como as sanções, que para além de assumirem caráter formal ou informal, podem também ser positivas ou negativas.

Quando os valores sociais, socialização e o controlo social não estão intrínsecos em toda a sociedade, desenrolam-se processos conflituais, criando oportunidade para que o sentimento de insegurança se desenvolva.

De um modo mais consolidado, para definir ou mensurar o conceito de sentimento de insegurança, surgem-nos a incivilidade e o crime. Para muitos autores a relação que se estabelece entre estes dois fatores e o sentimento de insegurança é direta.

As incivildades têm sido distinguidas de acordo com o panorama físico e ambiental social. Físico quando nos referimos a edifícios e carros abandonados, *graffiti*, lixo, vandalismo. E ambientais sociais quando existem interações entre indivíduos, por exemplo, troca de insultos, discussões, tráfico de droga, pessoas a consumir álcool, *gangs*, prostituição (Sampson, 2009; Robinson *et al.*, 2003; Perkins & Taylor, 1996; Doran & Lees, 2005; Wilson & Kelling, 1982; Skogan, 1999, *in* Guedes, 2012, p.27). De acordo com a ótica social, as incivildades sociais subentendem desordem e possível vitimação (Nasar & Fisher, 1993, *in* Guedes, 2012, p.27). Por outro lado, segundo a perspetiva do espaço físico, as incivildades transparecem as condições sociais e, desse modo, influenciam o medo do crime (Nasar & Fisher, 1993 *in* Guedes, 2012, pg. 27).

Mais genericamente, Cotta (2005, pp. 5-10) entende incivildades como “ofensas, fraturas da sociedade, são sinais de ameaça, geram sentimentos de rejeição, de receio e são interpretadas como reflexos de degradação social”. Por conseguinte, os indivíduos reagem a este fenómeno apresentando retraimento ou fuga, contribuindo em larga escala para a construção do sentimento de insegurança. São tidas, portanto, como sintomas antecipadores de um comportamento potencialmente criminoso e, por isso, permitem a aplicação de medidas preventivas, no sentido de corrigir o problema ainda antes do seu surgimento.

As incivildade tratam-se de fenómenos que, não sendo considerados crime ou delito, não são reprováveis nem condenáveis formalmente, mas causam alguma perturbação no seio social. Posto isto, a tendência é favorável à sua progressão, uma vez que os outros indivíduos se mostram indiferentes às consequências negativas. Esta tolerância da sociedade, e consequente falta de repreensão, contribui largamente para a sua expansão que, uma vez desenfreada, poderá evoluir para uma atividade de facto criminosa.

Conclui-se que a repreensão social é importante na manutenção do controlo informal, e que as relações informais influenciam a ordem e os comportamentos, como é o caso da delinquência.

A teoria dos vidros partidos (*Broken Windows Theory*), de Wilson e Kelling (1982, in Cotta 2005, p. 10), retrata a importância deste controlo informal, e do modo como facilmente uma incivilidade toma a forma de delito ou crime.

Esta teoria baseia-se numa experiência, na qual um carro foi deixado num bairro de classe alta, mais especificamente na Califórnia, e outro no bairro Bronx, em Nova Iorque, que à data apresentava um índice de criminalidade mais elevado. Observou-se que o primeiro carro esteve intacto durante uma semana, e o segundo demorou apenas cerca de trinta minutos a ser vandalizado. No entanto, após o investigador ter partido uma das janelas do carro sito na Califórnia, foram necessárias poucas horas para que também este fosse vandalizado.

Conclui-se, com este estudo, que a aparência de abandono demonstra a falta de autoridade, o que permite a permanência de grupos marginais, alimentando e propiciando as condições necessárias à prática de crimes naquele local.

Aquando da aplicação desta teoria na cidade de Nova Iorque, verificou-se um grande decréscimo da criminalidade. Contudo, a política da tolerância zero, ou seja, a repressão sistemática de todas as infrações, foi responsável pela prisão em massa dos mais desfavorecidos, sendo por isso alvo de várias críticas.

Cotta (2005, pp. 10-11) refere ainda que perante o surgimento de uma situação de conflito, por mais insignificante que pareça, pode suscitar o aparecimento de um mal maior, e o enfraquecimento dos laços de solidariedade contribui para que a delinquência se implemente mais facilmente. A solução para este fenómeno será o aumento do policiamento, apesar de não substituir em pleno o controle informal da vizinhança. Ora, a polícia é vista com estranheza, e a sua presença nem sempre é bem-vinda no local, sendo considerada por muitos como “caça ao delinquente”, ao invés de transmitir a imagem de segurança. Os *media* potenciam ainda este desfasamento entre autoridade e habitantes, focando frequentemente a tolerância zero por parte da polícia, e não a prevenção.

Os crimes, de acordo com o Ministério Público, são “comportamentos que ofendem de forma tão grave os direitos das pessoas ou valores fundamentais de um Estado de

Direito, assente na dignidade da pessoa humana, que quem os pratica pode sofrer uma pena’’³.

Seguindo a linha de Sebastian Roché (1993, *in* Frias, 2004, p.2), a relação causa-efeito estabelecida entre o crime e o sentimento de insegurança deve-se à intensidade que um crime poderá atingir. Isto é, apesar da probabilidade do cometimento de um crime ser reduzida, não invalida o facto de estes serem menos ou mais violentos, inflingindo danos na esfera íntima e profunda da vítima, que contempla a sua integridade física, bens e património.

O autor considera ainda a identidade coletiva, o civismo e a cidadania como os pilares de uma sociedade, e o crime ‘‘diz respeito ao futuro de uma comunidade cujo controle social se afigura cada vez mais frágil’’.

Nesta linha de pensamento, vários autores (Roché, 1993, Lourenço e Lisboa, 1996, *in* Frias, 2004, p.2) propõem o sentimento de insegurança como ‘‘um conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou medo cristalizadas sobre o crime’’.

Paulo Machado (2006, p.1) considera que a insegurança apresenta um lado material e outro subjetivo, que se influenciam reciprocamente. ‘‘Ou seja, o crime e a *incivilitas* também se alimentam do medo que impregna essa representação social do meio, e esta encontra na ilicitude e na incivilidade as suas fontes de alimentação’’, constituindo-se para o autor este parte do problema social.

Perante os conceitos previamente abordados e, recorrendo ao pensamento de Cotta (2005, p.2), conclui-se que o sentimento de insegurança surge no seguimento de todo um processo. Este é alimentado por variados fatores, como delinquência, incivildades, desconfiança ao nível governamental, que incutem nos indivíduos desconforto, incerteza, desesperança, e acabam por culminar no medo , concluindo-se que factos criminógenos são causadores de sentimento de insegurança, mas não de um modo exclusivo.

Introduz-se, assim, um outro conceito importante no entendimento do sentimento de insegurança, o medo. Para Dantas *et al* (2006, p.15) este não é tido como uma reação imediata ao crime, contudo, a sua relação é inevitável, daí a atenção que começou a receber em meados do século XX. E, como nos ensina Roché (1991, *in* Frias, 2004, p. 2),

³ *In* <http://ministerio-publico.pt/ministerio-publico-crime/> (10-11-2018).

a construção social do medo relaciona o “aumento da criminalidade com um processo de seleção social do crime como objeto de inquietação, e da sua construção cultural como risco”. Para Boers (2003, *in* Guedes, 2012, p.4) o medo do crime revela-se como uma resposta emocional, sendo apenas uma das atitudes existentes face ao crime.

Para além da compreensão do fenómeno “medo do crime”, o seu estudo visa também procurar a criação de estratégias, capazes de reduzir essa sensação de insegurança. Por norma, como Dantas *et al* (2006, pp.15-16) apontam, este processo inicia-se no plano individual, mas com a forte possibilidade de extensão para o plano coletivo, criando um sentimento de insegurança disseminado por toda a comunidade.

Diversos autores (Taylor, 1987, Carvalho, 2003, Machado, 2004, *in* Matias e Fernandes, 2009, p.11), defendem que, até à atualidade, têm surgido vários modelos de compreensão do medo, entre eles a perspetiva de vitimização, que se refere à relação direta com o crime, e as incivildades, que se constituem como um fator influenciador do medo do crime. Estas últimas referem-se especificamente à relação entre as características ambientais e a propensão ao ato criminoso, com sinais de desordem no meio ambiente. E, por fim, as perspetivas ecológicas, que estabelecem relações diretas entre meio ambiente, crime e medo do crime.

Dantas *et al* (2006, pp. 26-39) referem um estudo realizado em 2006 no Reino Unido, que se debruça sobre a Redução da Criminalidade nas Comunidades, e enumeram, como principais responsáveis do medo do crime, fatores como residir em locais (ou proximidades) com alto índice de criminalidade, historial de vitimização, direta ou indireta, vulnerabilidade, isolamento social e, por fim, desinformação. Este último fator diz respeito aos *media* que, tendo consciência do poder e alcance que detêm, recorrem a métodos que conferem caráter sensacionalista e manipulador no modo como difundem a informação. Esta manipulação diz respeito ao modo como são reconstruídos os fenómenos, “configurando o imaginário coletivo”. A grande finalidade será atingir a maior repercussão pública possível, independentemente dos moldes em que é feita.

Considerando o estudo previamente referido, realizado no Reino Unido em 2006, verificou-se que população idosa se sente consideravelmente vulnerável ao crime. Fatores como a saúde, informação acerca da criminalidade providenciada pelos órgãos públicos,

assim como a informação oferecida pelos *media* e o isolamento social, em alguns casos, são fortemente responsáveis pelo seu elevado sentimento de insegurança.

Os autores apontam ainda outro estudo realizado na Austrália, no qual se verifica um menor medo do crime em indivíduos com idade superior a 35 anos, o que abrange os idosos. Contudo, é também observável a tendência que estes têm para o desenvolvimento de medos específicos, com especial incidência em crimes contra a propriedade, justificável pelo facto de permanecerem nas suas residências por longos períodos de tempo.

Verifica-se, portanto, uma mistura de influências das várias perspetivas, alargando o espectro relativamente ao estudo deste conceito. Este “fenómeno que mais do que refletir um medo concreto do crime, (...) cristaliza muitos outros medos e justifica modos de agir” (Matias e Fernandes, 2009, p.11). Também Leal (2010, p. 397) concorda que o medo é construído socialmente, dependendo, por isso, do contexto no qual o indivíduo se insere.

Assim, observa-se a influência que o medo do crime pode exercer no quotidiano das pessoas, progredindo do campo individual sucessivamente até ao âmbito do comportamento social. Por esta razão, de acordo com os autores, o medo deve ser uma preocupação da segurança pública, assim como deve também integrar o setor da saúde pública. A gestão da segurança pública deve, idealmente, manter o nível de criminalidade o mais baixo possível, como método mais eficaz de reduzir o medo do crime (Dantas *et al*, 2006, pp. 41-42).

Conclui-se, desta feita, que o conceito de medo não é fruto somente do crime e das incivildades, tal como verificado anteriormente. Este integra também fatores como as mudanças sociais, consequência da evolução constante ao nível global, o desconhecido (causador de desconfiança, e resultado desta evolução galopante), e os *media* que, com frequência, “ecoam hiper-representação do risco”, características da era pós moderna. O discurso do medo distingue-se pelo medo constante, mas não estável, que pode flutuar de acordo com fatores pontuais, como a noite ou a solidão. Estes criam uma consciência da vulnerabilidade e exposição ao risco, que influenciam o medo (Matias e Fernandes, 2009, pp.11-12).

Verifica-se que o sentimento de insegurança e o medo são dois conceitos indissociáveis, porém podem ser também incoerentes na sua relação de causa-efeito.

Fernandes e Rêgo (2011, pp. 168-178) referem que Portugal, comparativamente com todos os países do mundo, apresenta uma taxa de criminalidade reduzida, contudo, o sentimento de insegurança é crescente, “o que nos tornaria um povo irracionalmente medroso”. Para estes autores, o medo do crime é o fator que despoleta o sentimento de insegurança, pois nasce e desenvolve-se em torno dos “signos espaciais e sociais de desordem” que, por sua vez, põem em causa o rumo que todo o conjunto social está a tomar.

O medo pode também dividir-se em duas facetas: a saudável e a doentia. Isto é, de acordo com Dantas *et al* (2006, pp. 12-13), o medo pode assumir um carácter saudável na medida em que provoca nos indivíduos uma necessidade de precaução de riscos, fazendo-os adotar hábitos com vista à sua defesa e auto-proteção. Mas pode, por outro lado, assumir-se como doentio, aquando da existência de um medo exacerbado, sem justificação plausível e desfasado da realidade, condicionando o quotidiano dos indivíduos que assim o interiorizam.

Neste seguimento, surge-nos o conceito de vítima, que não considera somente quem sofreu dano físico, ou seja, no campo objetivo da questão, mas referindo-se também a um plano mais subjetivo. De acordo com a Declaração dos Princípios Fundamentais de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder, “entendem-se por vítimas as pessoas que, individual ou coletivamente tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física e um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadores das leis em vigor num Estado membro, incluindo os que proíbem o abuso de poder” (ONU, 1985).

Os fatores de vitimização criminal, na ótica de Frias (2004, pp. 5-6), podem ser de ordem sócio-demográfica, referindo-se à idade, género e habilitações literárias. De ordem contextual, referindo-se ao quotidiano e contexto no qual o indivíduo está inserido. Tendo em consideração os fatores grupais, ou seja, as relações interpessoais que o indivíduo mantém, sejam estas de ordem familiar ou não. E, por fim, de ordem emocional, que

dizem respeito ao próprio indivíduo, a sua forma de estar, de ser e como se sente consigo próprio.

Entre vitimização e sentimento de insegurança poderá existir uma relação, como a autora refere no seu estudo. Os indivíduos com histórico de vitimização são, por norma, mais cautelosos do que os que não foram vítimas.

Os indivíduos com níveis de instrução mais elevados, assim como os mais jovens, adotam mais medidas preventivas na rua. Por outro lado, os indivíduos mais idosos, ou com níveis de instrução mais baixo, são mais cautelosos em casa.

Comparando a vitimização entre géneros, são as mulheres que tomam mais medidas preventivas na rua, talvez por se sentirem mais vulneráveis, ou porque os homens têm maior dificuldade em assumi-lo. Relativamente a estes últimos, regista-se maior preocupação com a sua residência, presumidamente pela responsabilidade de desempenhar o papel de defender a casa e a família.

Por outro lado, segundo Sebastian Roché (1993 *in* Leal, 2010, p. 405), as populações mais vitimadas são as que desenvolvem menores sentimentos de insegurança, por compreenderem melhor o risco real de ser vitimado. Tal significa que, quanto maior for o conhecimento da vitimação, menor o medo, do mesmo modo que as populações com menor exposição ao risco se sentem mais inseguras, pelo “medo do desconhecido”.

Outro contributo enriquecedor para o presente estudo e, relacionado ao conceito de sentimento de insegurança, é a exploração do conceito de violência. Lourenço *et al* (2016, p. 23) percecionam este conceito como um problema social, atual e de nível global e, por isso, transversal a várias etnias, culturas, religiões e géneros. Acresce-se ainda a variedade de formas que a violência pode tomar, e a dificuldade na sua perceção como tal. Estes são os fatores que se constituem como desafios à sua definição.

Assim como o sentimento de insegurança, na perspetiva de Lourenço e Lisboa (1992, p.5-9), o conceito de violência é objeto de muitas controvérsias em relação à sua definição exata, bem como aos seus limites, mesmo a nível histórico.

Através da história, observamos a violência como algo inerente ao indivíduo. Os autores referem a sua utilização histórica como meio de defesa, muitas vezes crucial para assegurar a sobrevivência, uma vez que não havia um poder efetivo que aplicasse a lei.

Deste modo, a violência assumia um significado mais sanguinário e não simbólico, como atualmente. Não se considera violência apenas o que coloca em causa a integridade física, tendo-se verificado uma expansão para o âmbito psicológico.

Esta violência legitimada começou a ser revista a partir do século XVII, iniciando-se um período de maior humanização. A viragem ficou marcada pelo reconhecimento dos direitos das crianças, no século XVIII. Mais tarde, no século XIX, os castigos corporais deixaram de ser tão recorrentes, assim como a pena de morte. Esta última começou mesmo por ser extinta, de forma generalizada, a par dos duelos, em países europeus no século XX, tendo sido previamente abolida em Portugal em 1867.

Chesnay (1992, *in* Lourenço e Lisboa, 1992, p.9) considera um conjunto de causas explicativas desta mudança ao nível da violência. O surgimento do Estado Moderno, e com ele a implementação de um aparelho repressivo composto pela polícia e justiça, constituem-se como um evento marcante nesta mudança. E, uma vez garantida e generalizada a satisfação das necessidades básicas, considerando que a escassez de alimentos e a fome começaram a diminuir a partir do século XIX, observa-se a ascensão de outras preocupações ao nível da vida humana, e começou a assistir-se a uma maior valorização desta. Neste seguimento, por fim, e a par da industrialização e urbanização, surge o aumento do nível de instrução. Houve portanto uma evolução da escala das necessidades humanas. Em primeira instância as necessidades básicas e, aquando da sua satisfação, começaram a ser tidas em conta outras formas de progressão, culminando na instrução individual.

A racionalidade económica, associada ao mercado, permite o surgimento do indivíduo que centraliza a sua vida no seu interesse particular. E, com este individualismo característico da sociedade moderna, a simbologia que unia indivíduos defensores de interesses comuns desaparece, extinguindo-se o sentido para a violência sob a forma legitimada. Por esta razão, como também defende Norbert Elias (1983, *in* Lourenço e Lisboa, 1992, pp.10-11), a atenção do Estado para a questão da vigilância e proteção dos cidadãos torna-se, de facto, pertinente, tendo em conta que estes, ao tornarem-se mais isolados socialmente, começam a sentir-se mais indefesos e, por isso, inseguros.

A violência não se relaciona exclusivamente com a integridade física da pessoa. Nos dias que correm, na investigação deste conceito, contemplam-se fatores como a legitimidade, justificabilidade e desculpabilidade de um ato, bem como o sujeito que o praticou, e na aceitação da violência no seio social, tendo em atenção à repercussão que esta interação terá na sociedade. Também o contexto no qual o ato ocorre, bem como a individualidade de cada ator, são essenciais na sua classificação de violência. Por esta razão, é pertinente abordar a violência como uma quebra do “contrato social”, na medida em que se refere à identidade da própria sociedade, não desprezando a dificuldade a si inerente na definição dos seus limites legítimos perante a violência. O caráter social é determinante, sendo atribuído um elevado grau de importância ao fator identidade na definição de um conceito de natureza subjetiva (Lourenço *et al*, 2016, pp. 20-22).

De acordo com a síndrome da insatisfação relativa, de Émile Durkheim (1984, in Lourenço e Lisboa, 1992, p. 17), “quanto menor for a violência maior será a intolerância à violência e, conseqüentemente, maior o sentimento de insegurança”, assim como Sebastian Roché refere acerca da vitimação. Atribui-se, assim, importância ao modo como uma sociedade, na qual a violência não é recorrente, percebe e interioriza este fenómeno, e a forma como esta conceção condiciona o seu sentimento de insegurança.

Nelson Lourenço e Manuel Lisboa (1992, p. 17) definiram violência, por fim, como uma transgressão à norma e aos valores instituídos, social e historicamente, no que se refere à integridade, física e psicológica, do indivíduo. Verifica-se, também, relativamente à comparação ao nível histórico, uma crescente preocupação com a vítima, e não apenas com o perpetrador da violência.

Os *media* referem-se aos elementos responsáveis pela difusão de informação, como o rádio, o cinema, a televisão, a imprensa, as redes sociais, entre outros e, nos dias atuais, têm uma grande influência na opinião generalizada. Tendo em conta que num curto espaço de tempo têm a capacidade de difundir informação à escala mundial, são detentores do grande poder de manter as pessoas informadas mas, também, o de moldar a sua opinião.

Para o presente estudo, os *media* surgem como um agente capaz de afetar o sentimento de insegurança das pessoas, e com especial foco nas populações idosas e

isoladas. Estas recorrem ao rádio e televisão, em especial, como forma de combater a solidão e o isolamento, o que culmina na absorção de toda a informação que lhes é oferecida, podendo, ou não, influenciar o seu quotidiano e o seu sentimento de insegurança.

Os *media* são os principais responsáveis pela divulgação de acontecimentos, essencialmente, no que se refere a atos criminosos, pela atenção que recai sobre si e pelo sensacionalismo a si inerentes. A imprensa, segundo Frias (2004, p. 5), é a forma privilegiada através da qual mais se toma conhecimento acerca dos crimes.

McCombs (2001, *in* Leal, 2010, pp. 420-422) destaca a forma objetiva como os *media* fazem chegar a informação referente à criminalidade junto da população, seja através de imagens, vídeos ou notícias sensacionalistas, que contribuem para que as opiniões sejam formadas com base em fenómenos criminógenos reportados pela comunicação social, influenciando o processo de aprendizagem do indivíduo, e conduzindo à amplificação do sentimento de insegurança. Para Manita (1997, *in* Fernandes e Rêgo, 2011, p. 176), o discurso dos *media* é, de facto, um indutor do medo, na medida em que, através do seu discurso, consegue transportar acontecimentos que se sucederam geograficamente distantes, de modo a ter influência no quotidiano das pessoas, como é o caso do terrorismo, por exemplo.

Também se observa a implementação de um obstáculo entre a comunicação institucional com a sociedade, devido aos interesse dos *media* na exploração de fatores de risco, assim como referem Mythen e Walklate (2006, p. 175), “estas flutuações entre os discursos políticos e dos *media* têm importantes ramificações para os modos de comunicação entre instituições e indivíduos”.

No ano de 2011, de acordo com dados fornecidos pelo MAI, a criminalidade grave diminuiu, porém, os *media* refutam a informação, transmitindo a ideia de que esta não pára de aumentar (Fernandes e Rêgo, 2011, p. 169). Tendo em conta que as informações difundidas pelos *media* atingem um número mais elevado de pessoas, comparativamente aos dados oficiais publicados pelo MAI, conclui-se que os primeiros têm um maior poder de moldar opiniões junto das populações, influenciando o sentimento de insegurança destas, muitas vezes com base em mera especulação.

Esta difusão de informação desenfreada tem a capacidade de generalizar o sentimento de insegurança, na medida em que, facilmente, relatos de atos criminosos sucedidos num cenário tenham repercussões noutros com características opostas. Por exemplo, o sentimento de insegurança que vai reinando nas grandes cidades vai sendo gradualmente passado para cidades de menor dimensão, atingindo, por fim, as pequenas povoações. Isto porque os *media* noticiam todos os tipos de crimes, em todo o lugar, criando a ilusão de que ninguém está seguro em lugar algum (Fernandes e Rêgo, 2011, p. 270).

O papel das FS, como refere Cotta (2005, p.11), é também alvo de atenção por parte dos *media*, porém, muitas vezes a informação transmitida é a de repressão e tolerância zero e não a de manutenção da segurança e controlo. Estas notícias acabam por ter influência na opinião pública, conferindo pouca confiança às FS e uma desconfiança na sua forma de atuação. “O que está em causa na imagem projetada mediaticamente é a capacidade que a polícia e as instâncias judiciais têm para nos proteger da criminalidade” (Fernandes e Rêgo, 2011, p. 177).

Tendo em conta os conceitos definidos e discutidos previamente, propõe-se, então, definir-se o sentimento de insegurança como uma expressão representativa social do meio. Segundo Jodelet (1984, *in* Frias, 2004, p.2), esta depende da individualidade de cada ator, do seu modo de pensar, interpretar e dar um sentido à realidade. Estas representações, como Lourenço e Lisboa (1992, *in* Frias, 2004, p. 3) referem, definem-se de acordo com a posição ocupada pelos indivíduos na estrutura social e é influenciada por variados fatores, tais como características socio-culturais, vivências pessoais, contextos sociais em que se inserem, o tipo de relações que mantêm com outros e com as autoridades (polícia e tribunais), capitais social, económico e cultural que detêm, bem como pelos seus códigos, valores e ideologias.

As características socio-culturais, que definem os indivíduos em relação ao seu sentimento de insegurança, dividem-se nas seguintes dimensões: sexo e idade; o nível socio-económico; e características ligadas à sua sociabilidade, como o estado civil, por exemplo (Frias, 2004, p. 6).

1.2 Forças de Segurança

Como nos ensina Góis (2001, p.16), o Sistema de Segurança Interna português inspira-se no modelo dualista, também conhecido por napoleónico, que se caracteriza pela sua estrutura base composta por duas polícias, sendo uma de natureza militar e outra de natureza civil, a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP), respetivamente.

De acordo com Santos, o conceito de “polícia”, tal como o conhecemos, emerge no século XIX. Burocratizado, hierarquizado e sob alçada estatal, surge como meio de manter a ordem e combater o crime. A polícia é tida como representação mais visível do sistema formal de controlo, com maior presença no quotidiano dos cidadãos (Dias e Andrade, 1999, *in* Poiares, 2018, p.101) e, cujo trabalho se centra na cartografia e análise do risco na sociedade (Giddens, 2009, *in* Poiares, 2018, p.101)⁴.

Um contributo fundamental para a aceção de “polícia” remonta à época da Revolução Francesa, quando começaram a ser contemplados, de forma mais vigorosa, fatores como a vigilância e o controlo. Estes constituem-se, ainda nos dias de hoje, como das funções mais importantes executadas pela polícia.

A partir do século XIX começaram a ser definidas e acomodadas as funções da polícia. Tendo em mente a manutenção da ordem e da segurança pública, e fomentando a liberdade individual do cidadão, a polícia exerce o seu papel de forma dual: preventiva e repressiva às violações das leis e regulamentos. Também nesta época começou a surgir a preocupação em dirigir funções para diferentes “corpos policiais”, havendo uma especialização e organização por áreas, que mais tarde se revêm nas bases da polícia moderna. A sua atuação começa então a ter um âmbito generalizado, estabelecendo-se a polícia como um serviço público, e a sua relação com a sociedade assume forte relevância (Santos, 2004, pp. 131-132).

Atualmente, consagrado no art. 272º da Constituição da República Portuguesa (CRP), são funções da polícia “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna

⁴ *Vide* ainda Poiares (2005a, 2005b e 2005c).

e os direitos dos cidadãos’’⁵. ‘‘As medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário’’⁶. ‘‘A prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado, só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos’’⁷, e ‘‘a lei fixa o regime das forças de segurança, sendo a organização de cada uma delas única para todo o território nacional’’⁸.

A segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade pública, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática⁹.

De acordo com a Lei de Segurança Interna (LSI), em Portugal, ‘‘as forças e os serviços de segurança são organismos públicos, estão exclusivamente ao serviço do povo português, são rigorosamente apartidários e concorrem para garantir a segurança interna’’¹⁰. A segurança interna é assegurada pela GNR, PSP, Polícia Judiciária (PJ), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Serviço de Informações e Segurança (SIS), ainda nos casos e nos termos previstos na legislação os Órgãos da Autoridade Marítima Nacional e os Órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica¹¹. De acordo com a Lei Orgânica da GNR (LOGNR), esta define-se como uma força de segurança¹². Também a Lei que Aprova a Orgânica da PSP a define do mesmo modo¹³. Por outro lado, a Lei que Aprova a Orgânica da PJ define esta como um serviço central da administração direta do

⁵ CRP - art. 272º, nº1.

⁶ CRP - art. 272º, nº2.

⁷ CRP - art. 272, nº3.

⁸ CRP - art. 272, nº4.

⁹ LSI - Lei nº 53/2008, de 29 agosto, art. 1º.

¹⁰ LSI - Lei nº 53/2008, de 29 agosto, art. 25, nº1.

¹¹ LSI - Lei nº 53/2008, de 29 agosto, art. 25º, nº 2-3.

¹² LOGNR - Lei nº 63/2007, de 6 de novembro, art. 1º, nº1.

¹³ Aprova a Orgânica da PSP - Lei nº 53/2007, de 31 agosto, art. 1º, nº1.

Estado¹⁴. O SEF, consoante o Decreto-Lei nº 252/2000, de 16 outubro, define-se como um serviço de segurança¹⁵. Também o SIS, de acordo com a Lei Orgânica 4/2004, de 6 novembro, que altera a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, é incluído no âmbito dos serviços de segurança¹⁶.

Nesta linha de pensamento importa ainda mencionar as profissões parajurídicas. Como nos ensina Poiares (2018, p. 97), estas referem-se a toda a atividade que implique necessariamente a prática jurídica e, para a qual, é vinculativo o conhecimento do Direito ou é realizado um complemento ou auxílio das profissões jurídicas. É, porém, desenvolvida por profissionais que não tenham, por norma, a obrigatoriedade de formação na área jurídica, como é o caso das Forças e Serviços de Segurança.

As FS distinguem-se pela sua territorialidade, isto é, como refere Valente (2014, p.55), “a prossecução das atribuições e o exercício das competências a nível do território nacional, obedecendo ao princípio da territorialidade, é fundamental para que um Polícia seja constitucionalmente considerada força de segurança”, como são os casos da PSP e GNR que atuam no âmbito nacional, respeitando os espaços de intervenção de uma e outra e suas especificidades.

Como refere Oliveira, a GNR e a PSP são tidas como as entidades de maior importância do sistema de segurança interna, classificadas como polícias integrais, considerada a sua semelhança, quer a nível de implantação nacional, recursos humanos, especialização e capacidade operacional - segurança pública, ordem pública e, investigação criminal.

A principal distinção entre estas duas FS manifesta-se, essencialmente, nos contextos em que são inseridas. Sendo o meio urbano da competência da PSP, e o meio rural da GNR. Esta última assume um carácter militar, e a PSP um carácter civil. Para além da distinção segundo a natureza das polícias, também a sua história institucional determina um meio de diferenciação.

¹⁴ Aprova a Orgânica da PJ - Lei nº 37/2008, de 6 agosto, art. 1º, nº1.

¹⁵ Estrutura Orgânica do SEF - Decreto-Lei nº 252/2000, de 16 outubro, art. 1º, nº1.

¹⁶ Lei Orgânica 4/2004, de 6 novembro, art. 21º.

A PSP tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos. De acordo com a CRP e a Lei, é dotada de hierarquia em todos níveis da sua estrutura, e tem dependência do Ministro da Administração Interna¹⁷. Segundo Poiares (2018, pp. 115-120), é uma força de segurança integral, uniformizada e armada, com atuação no âmbito do serviço público e administrativamente autónoma. Historicamente sofreu algumas dificuldades na obtenção de legitimidade. A partir do século XIV começaram a registar-se tentativas de criação de uma autoridade capaz de manter a ordem e reduzir a criminalidade, surgindo, em 1383, a primeira referência a instituições nacionais com a criação do Corpo de Quadrilheiros, pelo Rei D. Fernando. Mas a relutância à existência de um símbolo de ordem era significativa, pelo que apenas em 1867 o Rei D. Luis fez publicar a lei que criava o Corpo de Polícia Civil, as bases para a atual PSP. No século XX, entre as décadas de 50 e 90, a PSP sofreu um processo evolutivo, com a criação da Escola Prática de Polícia, a inclusão de um Corpo de Intervenção, a criação do Grupo de Operações Especiais e da Escola Superior de Polícia. Esta última designando-se atualmente Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. A partir dos anos 90 a PSP começou a ter particular preocupação com a proximidade dos cidadãos, participando ativamente em atividades como *fóruns*, redes sociais locais, conselhos municipais, associações de pais, estabelecimentos de ensino, entre outras, reforçando o capital simbólico da PSP e o sentimento de segurança.

Também o ano de 2002 é um marco de mudança institucional, sendo até então o cargo de diretor nacional da PSP tradicionalmente ocupado por um Oficial General do Exército, pelo que nesse ano, pela primeira vez, foi tomado por um magistrado (Poiares, 2013, p. 59).

De acordo com a LOGNR, atualmente “a Guarda tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei”¹⁸. Tal como na PSP, o primórdio da GNR foi o Corpo de Quadrilheiros no século XIV que, devido à sua ineficácia, foi

¹⁷ Aprova a orgânica da PSP - Lei nº 53/2007, de 31 agosto.

¹⁸ LOGNR - Lei nº 63/2007, de 6 novembro, art. 1º, nº2.

reformulado várias vezes. Em 1755, aquando do terramoto de Lisboa, a crise social por si gerada e a incapacidade do Corpo de Quadrilheiros para por fim aos atos criminosos na cidade, foi o mote para a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, em 1760, que mais tarde evoluiu para Guarda Real da Polícia de Lisboa. Esta foi a primeira Guarda profissional, uniformizada e armada, e com fundamentos militares a surgir em Portugal. No século XIX, com a vitória do regime liberal, a Guarda Real da Polícia de Lisboa foi substituída pelas Guardas Municipais de Lisboa, suscitando a formação de distritos, dos governadores civis e da atribuição de poderes regionais, os municípios, com o principal objetivo de descentralizar poderes. Em 1911, após o final da monarquia, com a extinção da Guarda Municipal surge a atual Guarda Nacional Republicana¹⁹.

Caeiro (1997, *in* Oliveira, 2010, pp. 29-30) refere que, durante este período, alusivo à I República, a Guarda foi acumulando poder, nomeadamente ao nível político. Este era proveniente da quantidade de efetivos com poder bélico e recetores de confiança política, que eram escolhidos de acordo com a sua simpatia para com o regime que vigorava, denotando-se uma objetificação da Guarda como meio de coação contra os opositores ao regime.

A partir de 1922, observou-se uma reestruturação na Guarda, que lhe conferia menos poder. Estas alterações tinham por objetivo o desencorajamento de possíveis revoltas, e também pacificar os Comandantes do exército discordantes do poder da Guarda até então (Wheeler, 1978, *in* Oliveira, 2010, p.30).

Em 1926 continua a perda progressiva de poder da GNR, nomeadamente ao nível político, no qual começa a ser substituída pelo exército. Assim, como recorda Severiano Teixeira (2002, *in* Oliveira, 2010, p.30), a área de atuação da GNR começa a ser mais direcionada para os campos, ou seja, meio rural.

De acordo com Poiars (2018, p. 130), em 1944, aquando da II Guerra Mundial, assistiu-se a uma reorganização da GNR, que passou a distribuir-se por todos concelhos do país. Esta nova forma de organização foi essencialmente direcionada para o aprofundamento da sua componente rural (Esteves, 2006, *in* Oliveira, 2010, p. 30). Assim,

¹⁹ *In* <http://www.gnr.pt/historiagmr.aspx> (22-12-2018).

a Guarda foi tida como uma extensão do exército, por isso, com uma estrutura territorial semelhante, contemplando a organização, o enquadramento, o recrutamento e o estatuto.

À semelhança do que aconteceu na PSP, durante o Estado Novo, foram acrescentados os Serviços Sociais e o Centro de Instrução que, tal como na PSP, tinha por objetivo a melhoria das competências dos quadros da GNR. Ainda no decorrer deste período, a GNR mantinha um papel de relevo como polícia administrativa, gerindo conflitos e segurança nas zonas rurais, mas não exclusivamente. Também nas cidades de Lisboa e Porto assumia a mesma função, como força ao serviço de regime político decorrente (Oliveira, 2010, p.31). Após a revolução de 1974, como ensina Esteves (2006, *in* Oliveira, 2010, p. 31), a GNR manteve a mesma estrutura de cariz militar, registando-se apenas um aumento significativo do seu efetivo.

A última fase evolutiva da GNR inicia-se na década de 80 e decorre até aos dias de hoje. Por esta altura, foi aprovada uma nova Lei Orgânica da GNR e o Regulamento Geral dos Serviços da Guarda, que contribuíram para a definição da natureza da GNR como “um corpo especial de tropas, integrado nas forças militares, com atribuições no domínio da segurança e da manutenção da ordem pública e com uma tradicional ligação às Forças Armadas”.

Também nesta altura surgiram medidas que consideravam a linha de profissionalização dos seus quadros. Assim, estes deixavam de ser compostos exclusivamente por oficiais do exército, muitos deles membros do quadro permanente ou complemento que, segundo Esteves (2006, *in* Oliveira, 2010, p. 32), prestavam serviços de curta duração ou não tinham preparação para o desempenho dos cargos. Os quadros passaram então a ser compostos por sargentos da GNR após a conclusão do Curso de Formação de Oficiais, e por oficiais com maior contacto institucional, muitos oriundos das Forças Armadas (FA) mas com desempenho de funções permanentes na GNR.

Ainda na década de 80, no Estatuto do Oficial da Guarda, os oficiais do quadro viram uma diminuição da expectativa de acesso aos postos superiores, na medida em que a percentagem de lugares a ocupar pelos oficiais da GNR era diminuta, deixando livre a maior parte das vagas para ocupação dos oficiais das FA. Este constrangimento foi extinto pelo novo estatuto do militar da GNR em 1993, possibilitando a promoção de

oficiais do quadro permanente da Guarda. O objetivo desta medida, nos anos 80, seria manter o elo tradicional entre a GNR e as FA, mantendo a primeira sob a dependência superior das chefias da segunda.

De acordo com Oliveira (2010, p. 33), ao nível dos Ministérios, a GNR, tal como a PSP, depende do MAI, para efeitos de recrutamento, administração, disciplina e execução do serviço inerente à sua missão geral, e do Ministério da Defesa, para efeitos de uniformização e normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento, como se verificava nas décadas anteriores. Estes eram também os responsáveis pela nomeação do Comandante-Geral da GNR, tendo em consideração o Conselho de Chefes de Estado-Maior.

Em inícios da década de 90 observam-se algumas mudanças na GNR, no foro institucional e no processo de profissionalização. Ao nível do enquadramento institucional, a GNR passou a definir-se como “força de segurança”, em detrimento da sua natureza “corpo especial de tropas” e “prolongamento do exército”, mesmo não se verificando uma rutura com o caráter militar. E, como refere Esteves (2006, *in* Oliveira, 2010, pp. 33-34), relativamente ao processo de profissionalização, assistiu-se a uma evolução, na medida em que para ingressar na carreira de oficial, passou a ser necessária a conclusão da licenciatura em ciências militares pela Academia Militar.

Em 2005 é criado o Instituto de Estudos Superiores Militares, também competente e legítimo na formação dos quadros permanentes da GNR. Este ciclo é marcado pela continuação da ligação entre a GNR e as FA, especialmente no que concerne à disciplina, bem como à nomeação dos seus oficiais superiores para integrar altos cargos na Guarda. Este ciclo é também marcado pela autonomia adquirida no controlo das carreiras pela própria GNR (Oliveira, 2010, p. 35).

Em 2007, com a publicação de uma nova Lei Orgânica, a Guarda mantém-se como força de segurança de cariz militar: “A Guarda Nacional Republicana (...) é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”²⁰, com dependência do Ministro da

²⁰ Lei Orgânica GNR - art. 1º, nº1.

Administração Interna²¹. E sob alçada da política de defesa do Ministro da Defesa Nacional apenas aquando da utilização da GNR no regime de estado de sítio e estado de emergência, de acordo com a Lei de Defesa Nacional e das FA²². Também a sua utilização em missões militares (de âmbito internacional, em operações de gestão civil de crises, de paz e humanitárias), de acordo com a última Lei referida, estabelece-se que são cumpridas na execução da política de defesa nacional e cooperativa com as FA²³.

A GNR pode, portanto, ser utilizada sob competência militar nestas situações, não podendo ser exercidas “fora do enquadramento e comando superior das Forças Armadas” (Oliveira, 2010, p. 40).

Numa definição mais lata, segundo Andrade (2011, p. 204), “a GNR é um dos pilares fundamentais da execução da política de segurança nacional e assume como valores mais profundos a defesa do Estado de direito democrático, dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e da autoridade do Estado”.

De acordo com a estrutura normativa do sistema de segurança interna, nos anos de 2007 e 2008, houve um ajustamento na atuação da GNR e PSP em algumas freguesias urbanas, integrantes das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. No âmbito do controlo cinegético, quando a zona de caça em questão fizer parte de mais do que uma freguesia, e o policiamento destas for realizado por mais do que uma força de segurança, competirá à

²¹ Lei Orgânica GNR - art. 2º, nº1 - “A Guarda depende do membro do Governo responsável pela área da administração interna”.

²²Lei Orgânica GNR - art. 2º, nº2 - “As forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento”.

²³ Lei Orgânica GNR - art. 3º, nº2, *al. i*) - “Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas”.

GNR a fiscalização cinegética da totalidade da reserva²⁴. Também é da competência da GNR a segurança, controlo de tráfego e fiscalização rodoviária nas infra-estruturas constitutivas dos eixos da rede nacional fundamental e da rede nacional complementar, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto²⁵.

Conclui-se, portanto, que a GNR apresenta várias semelhanças com a PSP, nomeadamente a dependência direta do Ministro da Administração Interna, o cumprimento de atribuições de polícia administrativa geral, cuja missão é assegurar a liberdade democrática, garantindo a segurança interna e os direitos dos cidadãos portugueses. Ao nível da divisão territorial, cumpre funções na parte que lhe estiver atribuída, maioritariamente nas áreas rurais (Góis, 2011, p. 36).

A PSP e a GNR são as duas forças de segurança nas quais se define a base do modelo organizacional português. Atendendo à semelhança das atribuições em diferentes territórios, “é essencial que a sua atuação decorra num sentido de entreajuda e utilizando critérios e procedimentos uniformes, garantindo ao cidadão uma atuação que seja coerente” (Góis, 2011, p. 47).

A desconfiança e descridibilização que recai muitas vezes sob as FS prende-se pelo facto de estas nem sempre serem vistas como eficazes no cumprimento das suas funções. Como refere Cotta (2005, p. 8), considerando que muitos crimes e delitos acabam por ficar impunes, muitas vezes sem haver um esclarecimento para tal, não há uma transmissão de segurança aos cidadãos, prevalecendo o “sentimento de terem pouco a esperar das forças públicas encarregadas de garantir a segurança”.

²⁴ Portaria nº 340-A/2007, art. 4º - Se a área de uma reserva de caça abranger o território de mais de uma freguesia e a responsabilidade pelo policiamento destas estiver confiada a mais de uma força, competirá sempre à GNR a fiscalização cinegética na totalidade da área da reserva.

²⁵ Portaria nº 340-A/2007, art. 5º - Para garantir o cumprimento da missão de segurança, controlo do tráfego e fiscalização rodoviária, de forma integrada, permanente e geograficamente ininterrupta, nas infra-estruturas constitutivas dos eixos da rede nacional fundamental e da rede nacional complementar, tais vias são atribuídas à responsabilidade da GNR, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Na nossa atualidade, o crime surge como um desafio causador de distúrbios da ordem instituída, e que tem a capacidade de colocar em causa os mecanismos informais e institucionais de controle social. Como observa Lourenço (2009, p. 88), num ambiente no qual a incerteza e insegurança são constantes, começa a questionar-se a capacidade que o Estado tem em manter a ordem social e a segurança dos cidadãos, podendo afirmar-se, de um modo objetivo para o presente estudo, que as FS começam a ser percecionadas como ineficazes, e a confiança começa a ser questionada.

Frias (2004, p.9), na sua investigação, referiu que “a relação entre confiança nas autoridades e sentimento de insegurança expressa-se sobretudo a nível da dimensão: preocupação pela ordem social”, concluindo, então, que quem tem maior desconfiança face às autoridades é quem mais se preocupa com a ordem social. No estudo realizado pela autora, esta desconfiança é expressa através da necessidade da presença de um advogado durante o interrogatório, e pelo receio em que o detido seja maltratado pela polícia. Outro fator diferenciador no que toca à (des)confiança nas autoridades é a idade. Os mais jovens apresentam menores níveis de confiança, comparativamente aos mais idosos.

Esta desconfiança nas autoridades pode também ser mensurável através da criminalidade registada, que é oficialmente exposta no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) .

O RASI é o instrumento de aferição dos resultados do trabalho das entidades competentes na manutenção da segurança interna. Possibilita-nos uma visão analítica do quadro criminógeno nacional, no sentido em que “identifica tendências, sinaliza grupos criminosos, elenca padrões vitimológicos e áreas territoriais de incidência por tipologia criminal”(MAI, 2017). É publicado pelo MAI anualmente e diz respeito à criminalidade registada, o que não inclui as cifras negras. Estas últimas referem-se aos crimes não denunciados, que não são incluídos nos dados oficiais referentes à criminalidade. Como observa Skogan (1995 *in* Fernandes e Rêgo 2011, p.168), num estudo realizado nos Estados Unidos da América em 1995, apenas 40% dos crimes contra as pessoas e 33% dos crimes contra a propriedade são denunciados às autoridades. É ainda observável a

tipologia dos denunciante, por exemplo, indivíduos com rendimentos mais reduzidos, jovens em geral, e homens são os que menos denunciam.

De acordo com o RASI de 2017 verifica-se um aumento de participações em 3,3%, comparativamente com o ano anterior. No entanto, observa-se uma redução da criminalidade violenta e grave em 8,7%. Este último, de acordo com o MAI (2017), “resulta de medidas preventivas bem-sucedidas e do trabalho de investigação criminal efetuado pelos diversos OPC, nos seus quadros de competência”. Este aumento de participações pode significar, por um lado, uma maior adesão da população à justiça ou, por outro, a redução factual de ocorrências criminais.

1.2 Prevenção Criminal

Na ótica do Professor Germano Marques da Silva (1993), relativamente à questão da prevenção criminal “o que importa à coletividade, (...), não é tanto punir os que transgridem, mas evitar, pelo adequado uso dos meios legais de dissuasão, que transgridam”. A prevenção tem, desta forma, uma orientação para o futuro, no sentido de evitar o (re)aparecimento de um perigo.

Nelson Lourenço (2010, pp. 51-55) clarifica também a ideia do custo social e económico do crime. Associado ao crime surgem custos, cuja compreensão é “indispensável para avaliar os gastos com a manutenção das forças e serviços de segurança”, e que têm um forte impacto para a “definição de políticas públicas de segurança”. O autor defende a ideia que o conhecimento sobre a forma como o crime afeta a vida social, em todas as suas dimensões, pode ser crucial para a construção de uma nova cultura de segurança, “conscientemente assumida por cidadãos mais esclarecidos e mais responsáveis”.

Para Lejins (1967 *in* Crawford, 1998, p. 14) existem vários tipos de prevenção: punitiva, corretiva ou mecânica. A primeira apresenta carácter persuasivo, a segunda propõe a eliminação das condições sociais criminógenas e, a última, refere-se a medidas que visam a redução de oportunidades de crime. Este autor procurou apresentar uma perspectiva de prevenção criminal, com um carácter proativo, e que tivesse em atenção

condições sociais ou oportunidades físicas. E, com base neste esboço, concluiu que a tensão entre a redução de oportunidades mediante medidas situacionais, e modos sociais de intervenção, são a essência da prevenção criminal.

Crawford (1998, pp. 247-270) considera a questão da prevenção criminal profundamente política e não unicamente de cariz técnico e administrativo. Refere ainda a recém-descoberta da prevenção criminal como representação de uma trilogia entre o Estado, mercado e sociedade civil. Para o autor, a ação do Estado, enquanto responsável único pela segurança pública e controlo do crime, não consegue cumprir a sua função de forma eficiente. Assim, surgem atores como cidadãos ou comerciantes capazes de assumir algumas tarefas nesse sentido. O investimento na prevenção criminal teria um impacto positivo na qualidade de vida da sociedade e, no futuro, poderia reduzir substancialmente custos ao nível da justiça criminal e sistema penal.

1.3 Policiamento em Contexto Rural

No âmbito do presente estudo parece-nos pertinente a abordagem de dois tipos específicos de policiamento, comunitário e de proximidade, aos quais comumente se recorre em contexto rural. Estes têm uma finalidade profundamente preventiva e participativa no seio da comunidade, sendo utilizados de forma recorrente em meios mais pequenos, nomeadamente os que se situam em contexto rural. Como refere Poiares (2013, p. 62), assiste-se ao aparecimento de uma instituição (polícia) com maior consciência dos problemas, e com especial atenção à origem dos fatores que colocam em causa a tranquilidade pública, cujo objetivo se afigura na redução do seu impacto na sociedade.

De acordo com informações recolhidas no *website* oficial da GNR, o policiamento comunitário caracteriza-se, fundamentalmente, pela ajuda providenciada à população, através da atribuição de algumas competências, no que concerne ao policiamento. Assim, esta fica mais habilitada a identificar situações de risco, tornando-se, por isso, mais preventiva e também participativa na manutenção da segurança da comunidade na qual se insere.

Por sua vez, o policiamento de proximidade refere-se ao contacto direto entre a polícia e a população. Através desta aproximação é possível sondar as pessoas, a comunidade e as organizações internas, com o intuito de planear mais eficazmente as medidas preventivas e formas de atuação. Este tipo de policiamento contribui, em larga escala, para um maior sentimento de segurança, na medida em que a presença das autoridades incute nos cidadãos uma ideia de que existe um elemento zelador da sua proteção.

Pretende-se, assim, estabelecer relações de confiança com as populações, manter a ordem, através da análise detalhada da origem e características de problemas existentes, com a finalidade maior de reduzir a criminalidade. Todo este mecanismo tem o objetivo de antecipar o crime, evitando mesmo o seu aparecimento, ou detetando-o e combatendo-o assim que surja, vedando o seu desenvolvimento²⁶.

Com o agravamento dos problemas, a polícia teve a necessidade de direccionar a sua ação para a origem destes, ao invés de apenas procurar resolução após o seu acontecimento, explorando, assim, a vertente da prevenção criminal. Neste seguimento, surge a necessidade de se estabelecer uma aproximação entre a polícia e os cidadãos: o designado policiamento de proximidade ou comunitário (Poiars, 2013, p. 61).

De acordo com Martins (2011, p. 11), estes dois tipos de policiamento, apesar de apresentarem algumas diferenças estruturantes, têm em comum a proximidade com a comunidade e o carácter preventivo. Habilitam a população no sentido de prever situações de risco e alertam-na para a sua prevenção. Estas formas de policiamento estão em crescente evolução, uma vez que, ao invés de apenas serem realizadas ações de policiamento tradicionais, existe uma preocupação cada vez mais acrescida na formação dos cidadãos, implementando-lhes um carácter mais peditivo e preventivo e, simultaneamente, incute-lhes também a capacidade de antever o perigo antes de serem afetados por ele. Trojanowicz & Bucqueroux, (1990, *in* Elias, 2018, p. 162) consideram a atividade policial multifacetada, na medida em que as populações expectam da polícia a capacidade de resolver muitos problemas no seio da sociedade, também recorrendo ações de sensibilização em áreas como a segurança rodoviária ou a toxicodependência, e

²⁶ *In* http://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx (29-11-2018).

proteger os cidadãos considerados mais vulneráveis. Neste âmbito, o policiamento de proximidade ou comunitário pode ser considerado um “serviço personalizado”, atentando às interações que se estabelecem entre a polícia e os cidadãos, com o intuito de procurar implementar políticas mais adequadas e melhor definir as prioridades policiais (Elias, 2018, p. 162).

Em Portugal, no contexto rural, este policiamento é da responsabilidade da GNR. Esta FS pressupõe uma organização interna, na qual são subdivididas as funções e elementos a questões/temas específicos. Para o presente estudo, focamos as secções pertinentes para a temática, que se prende pelo policiamento à população idosa e que habite em situação de isolamento. Como tal, surge-nos a Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC), que coloca em prática os programas especiais de policiamento de proximidade, como “Idosos em Segurança”, “Apoio a Deficientes”, entre outros, e o Núcleo de Investigação a Vítimas Específicas (NIAVE).

Como referido por Machado (2013, *in* Meirinhos, 2016, pp. 72-73), o NIAVE tem como funções a investigação de crimes contra vítimas consideradas especialmente vulneráveis, como as mulheres, crianças ou idosos, bem como prestação de apoio nestes casos e, por fim, a estreita colaboração com as Autoridades Judiciárias no decorrer da investigação criminal. Ao nível geográfico este núcleo está presente em todos os Comandos Territoriais da GNR, o que significa que tem uma frequência distrital, providenciando apoio de forma mais eficiente junto das vítimas.

1.4 Meio Rural

Na definição de meio rural propõe-se a introdução do meio urbano, tendo em consideração que as suas definições estão intrinsecamente ligadas e são indissociáveis. A exploração destes dois conceitos e as suas características específicas são cruciais para a compreensão das duas realidades, o que permitirá um melhor entendimento dos contextos e a forma como os comportamentos podem ser por si influenciados.

Renato do Carmo desenvolveu um artigo, no qual explicita a relação entre os meios urbano e rural. Em primeiro lugar e, de acordo com Tonnies (1989 [1887] *in* Carmo, 2009,

p. 253), é importante definir comunidade e sociedade. Ora, comunidade define-se tendo em conta a harmonia social, ‘na qual dominam as relações de afetividade e de intimidade que confluem para o interesse e permanência da coletividade, a qual, por sua vez, se reproduz através da conjunção entre tradição e natureza’. Por outro lado, sociedade tem a si inerente o individualismo e o conflito social, na qual se estabelecem relações de natureza utilitária e aparentes, que não permitem a pertença a uma noção coletiva do ‘bem comum’. Através destas noções é perceptível a correspondência de comunidade ao meio rural, e sociedade ao meio urbano.

A relação que existe entre estes dois meios sofreu alterações ao longo dos anos e, considerando importante conhecer esta evolução, Carmo (2009, p. 254) começa por explicar que, nos finais do século XIX e início do século XX, o meio urbano seria tido como centro da modernização e, por conseguinte, centro da sociedade. Por outro lado, o meio rural seria considerado periférico, tendo em conta os seus setores tradicionais. Contudo, na primeira metade do século XX, surgiu a ideia de ‘continuum’, que identificava ‘realidades sociais relativamente estanques e territorialmente delimitadas’. Neste âmbito, Redfield (1989 [1960], *in* Carmo, 2009, pp. 254-258) definiu três tipos ideais de sociedade: pequenas comunidades, sociedades camponesas e sociedades urbanas. As primeiras não mantêm relação com o meio urbano, por sua vez, as sociedades camponesas têm algumas ligações, sobretudo comerciais, mas mantendo sempre a sua autonomia. Por último, as sociedades urbanas representam as cidades com maiores níveis de desenvolvimento.

Para definir aquilo que considera ‘little community’, o autor recorre a quatro critérios: distinção territorial, homogeneidade, tamanho e capacidade de auto-suficiência. A distinção territorial refere-se à delimitação geográfica, na qual a vida comunitária se organiza, e que possibilitava estabilidade e harmonia social. A homogeneidade deve-se à semelhança encontrada entre as atividades praticadas, assim como os estados de espírito dos indivíduos. O tamanho diz respeito à dimensão espacial das comunidades, quando comparadas com as maiores cidades. E existe uma tendência para a auto-suficiência, na medida em que não precisam de manter relações com os centros urbanos para o seu desenvolvimento. Contudo, apesar de serem auto-suficientes, as sociedades camponesas

não mantêm um grau de fechamento tão acentuado, ao contrário das pequenas comunidades.

A partir dos anos 60, a noção de “continuum” identifica as influências que o meio urbano começa a exercer nos meios mais periféricos e rurais. O autor Pahl (1966, *in* Carmo, 2009, p. 254-255) começa então por alterar a viragem do conceito de “continuum” rural-urbano como determinista, e começa por atribuir-lhe um carácter de dinâmica, ou seja, “as oposições e as respetivas gradações que se estabelecem entre os dois pólos desenvolvem-se a partir de distintas escalas”. Escalas espaciais, escalas referentes a situações económicas e, por fim, escalas sociais. Este autor coloca de parte a divisão literal e dicotomizada entre os dois meios, contemplando outros fatores que, para além das barreiras geográficas, os distinguem um do outro. Deste raciocínio surgem as escalas, que devem ser consideradas na diferenciação entre meio rural e meio urbano.

Durkheim (1987[1895] *in* Carmo, 2009, pp. 255-256) propõe também uma abordagem acerca da oposição rural-urbano. Para este autor os fatores morfológicos têm elevado relevo no que concerne à análise dos fenómenos sociais. Para tal, propôs a noção de “meio interno”, uma unidade socioespacial, que se define através de duas dimensões: densidade material, ou seja, é constituído a partir da densidade populacional e o desenvolvimento das vias de comunicação e transmissão; e a densidade dinâmica, que se refere ao “nível de concentração das relações inter-individuais e, sobretudo, inter-grupais”. Desta forma, estabelece-se um relacionamento entre o espaço, a proximidade física de um conjunto populacional (densidade material), e a natureza e intensidade das relações sociais (densidade dinâmica). Ou seja, “a organização espacial espelha e reflete-se na organização social, na medida em que a delimitação de um meio interno representa a identificação de um conjunto populacional e social relativamente homogéneo”.

O autor estabelece ainda uma diferenciação entre meio urbano e rural através do tipo de solidariedade: orgânica e mecânica. A primeira é típica das sociedades modernas, considerada mais complexa e, na qual, os laços sociais entre indivíduos não são automáticos.

Existe, assim, maior importância atribuída à personalidade individual, em detrimento da consciência coletiva. Por outro lado, a solidariedade mecânica identifica-se mais com as sociedades tradicionais, pautando-se pela simplicidade. Os laços entre indivíduos são estreitos e automáticos, e é conferido grande nível de importância ao bem comum, sendo a consciência de comunidade forte e constante (Carmo, 2009, pp. 262-263).

Também Simmel (1997[1903]), *in* Carmo, 2009, pp. 256-261), concordante com Durkheim, considera a vida na metrópole como a conjugação dos fatores: aumento numérico e territorial de uma aglomeração, e o aumento das interações e comunicações entre os indivíduos que coabitam a mesma área geográfica. Por esta razão as relações sociais adquirem importante destaque e definem a vida em meio urbano, ao invés da “vida aldeã”, que detendo muito menos população, o volume de relações sociais é bastante inferior.

O autor destaca ainda o sentimento de pertença do indivíduo a um determinado estrato social. No meio urbano o indivíduo pode pertencer a vários círculos sociais, promovendo a sua integração e uma maior liberdade individual.

Por outro prisma, no meio rural, “os indivíduos pertenciam a poucos círculos, na medida em que estes eram estanques e rígidos (a maior parte deles corporativistas)”. Mas, tendo em conta fatores como a homogeneidade dos laços sociais ou o espaço restrito da aldeia, desenvolvem-se relações de entre-ajuda com os pares, e surge também o controlo social, que acaba por ter um papel limitador da ação individual.

Esta proximidade entre os indivíduos no meio rural, nomeadamente a partilha dos mesmos valores e códigos linguísticos, resulta num sentimento de pertença elevado, fomentando o “nós” e não o “eu”. A vida na cidade, por seu turno, induz o indivíduo a pensar individualmente, revelando “atitudes de indiferença e de reserva perante o outro”.

Outros autores (Wirth, 1997 [1938], Burgess, 1984 [1925]), *in* Carmo 2009, pp. 257-258), mantiveram o foco na divisão espacial das cidades e a forma como os indivíduos circulam dentro desta. A distância entre o local de trabalho e o local de residência constitui-se como o principal fator para a mobilidade espacial.

O desfasamento entre estes dois locais e a mobilidade exigida representa menor proximidade afetiva e emocional, embora exista proximidade física. Para estes autores, o

meio rural caracteriza-se pelos critérios opostos. Ou seja, enquanto na grande cidade existe uma separação entre espaço de trabalho e residência, em meio rural estes são contíguos, assim como a mobilidade espacial também é significativamente reduzida.

Na ótica de Renato do Carmo (2007, p. 260), ‘‘o rural caracteriza-se pela homogeneidade dos laços sociais que, normalmente, se circunscrevem ao espaço restrito da aldeia, o que favorece a existência de um forte interconhecimento entre a população camponesa’’. Conclui-se que, num ambiente rural, a proximidade entre as pessoas constitui-se como uma das suas principais características. Dada a pequena dimensão geográfica das aldeias/vilas, todos os indivíduos se conhecem entre si, criando um ambiente fechado e de familiaridade.

Segundo Wirth (1997 [1938], p. 56), no meio urbano ‘‘a luta pelo espaço é intensa e, por isso, cada área tende a ser reservada à atividade que garante as melhores contrapartidas económicas’’. Contemplando os pontos de vista económico e social existe uma forte distinção entre locais, direcionando determinadas áreas para atividades específicas, assim como a zona habitacional.

De acordo com Carmo (2009, pp. 263-267), esta diferenciação entre os dois tipos de meio condiciona a conduta dos indivíduos que os integram, e reflete-se na forma como as interações entre si são estabelecidas. Ou seja, cada ambiente (rural e urbano) tem a si inerente uma forma de ser e de estar socialmente, o que condiciona e define os comportamentos adotados pelas suas populações.

Com a evolução do processo de urbanização assistimos a uma mudança estrutural do meio rural. A influência que o meio urbano tem nas sociedades rurais é cada vez mais perceptível, contudo, estas são implementadas em cada uma de forma individual. Não existe, portanto, uma homogeneidade neste processo, sendo que cada sociedade/localidade rural, como uma, interpreta e enraiza esta urbanização de forma diferente das demais, dependendo do contexto e realidade sociais que cada cidade/local a si tem inerente.

O processo de urbanização deve ser percecionado como sendo complexo e pluridimensional. Como foi anteriormente referido, o conceito de ‘‘continuum’’ identifica o processo de modernização e urbanização das áreas rurais. Esta transição é realizada de

forma contínua, oferecendo prioridade às áreas mais próximas dos centros urbanos, em detrimento das áreas mais remotas, tendo em conta os níveis de densidade material e dinâmica. Isto significa que, quanto maior for a dinâmica de relações e a densidade populacional, mais facilmente o processo de urbanização se introduz e implementa.

Outros autores (Kayser, 1990, 1996, Reis e Lima, 1998, *in* Carmo, 2009, p. 265) referem também novas formas de “urbanização e industrialização difusas que se implantam e se localizam em regiões consideradas rurais”. As indústrias deslocam-se para áreas mais remotas, pela facilidade de acessos, custo dos terrenos inferior e mão-de-obra mais barata. Estes fatores atrativos contribuem para a deslocação das empresas e, consigo, veiculem o processo de urbanização.

Outro fator que tem tido um papel dinamizador nas áreas rurais tem sido, com forte expressão nos últimos anos em Portugal, o desenvolvimento turístico. No meio rural verifica-se com crescente frequência o investimento na “revitalização e dinamização dos recursos naturais e patrimoniais”, que advêm do desenvolvimento turístico e ambiental. Esta preocupação e aproveitamento dos recursos locais atrai cada vez mais pessoas de outras áreas do país, assim como de países estrangeiros. Estes, mesmo de forma involuntária, acabam por participar no processo de urbanização (Jollivet, 1997, Nave, 2003, Reis e Lima, 1998, *in* Carmo, 2009, pp.265-266).

Carmo (2009, pp. 266-273) refere também o desenvolvimento tecnológico como uma contribuição bastante relevante no processo de urbanização, nomeadamente o automóvel e a capacidade de percorrer grandes distâncias em pouco tempo. Precisamente pela dificuldade que existia na mobilidade, há umas décadas atrás, era recorrente que todos os habitantes de meios rurais se dedicassem essencialmente ao setor primário. Porém, hoje em dia, com a extinção dessa dificuldade e com a banalização do uso do automóvel, é possível ter habitação em meio rural e laborar nos setores secundário e terciário, num meio mais urbanizado. Esta mobilidade espacial diária é também uma forma de introduzir a urbanização e modernização nas localidades mais rurais, contribuindo também para a “diversificação de formas de sociabilidade”.

Esta urbanização, constante e cada vez mais expressiva, nem sempre é bem recebida pelas populações rurais, que poderão demonstrar alguma resistência ao processo. Por

vezes, as condutas e comportamentos mais urbanos poderão entrar em confronto com o sistema de valores previamente enraizado e característico dos locais tradicionais. Por isso, as comunidades rurais que sofrem grandes processos de urbanização têm tendência a criar mecanismos de diferenciação social distintos, e únicos a cada local rural. Ou seja, cada um interpreta este processo de uma forma única. Sendo assim o processo de urbanização recebido e integrado, de modo a que interaja saudavelmente com as estruturas, comportamentos e condutas tradicionais.

No entanto, assiste-se também a uma marginalização das áreas rurais mais remotas, excluídas dos mecanismos de urbanização. Essencialmente caracterizadas pelo envelhecimento populacional e pelo “desmantelamento das estruturas e dos sistemas tradicionais, que não são substituídos por novas formas de organização social”, estes locais não recebem qualquer influência urbana, nem têm a capacidade de fixar ou atrair as novas gerações. E, com o desenvolvimento das outras áreas rurais mais populosas, estas pequenas comunidades acabam por ficar “paradas no tempo”, enfrentando o risco de desaparecer ao final de algumas décadas.

Por outro lado, emergiu nos anos 90 uma nova teoria que “não apregoa o fim do espaço rural nem o caracteriza como um repositório de resistências ante a urbanização”. De acordo com esta perspetiva, o meio rural consegue emancipar-se à noção de *continuum* urbano-rural, uma vez que existe a capacidade de integração e desenvolvimento de fatores de dinamismo socioeconómico e demográfico. Bernard Kayser, autor fundamental nesta nova perspetiva de autonomia das zonas rurais, observa que nestas se verifica um aumento demográfico, bem como um aumento significativo de trabalhadores em setores não agrícolas.

Conclui-se que o setor primário deixou de ser o fator económico e social mais importante, o que desencadeou a necessidade e capacidade de outras atividades relacionadas à indústria e aos serviços se desenvolverem, criando alternativas em termos de empregabilidade. Existe, contudo, uma influência urbana nesta mudança de dinâmica, mas esta é aplicada ao mundo rural, tendo em consideração os recursos disponíveis na região e o seu desenvolvimento. Como observa Carmo, assiste-se então à reinvenção do rural, imprimindo também maior valor ao tradicional e local, gerando novas modalidades

de desenvolvimento deste, sem que exista uma colisão entre os dois meios, mas sim uma adaptação.

Uma visão pessimista acerca do processo de urbanização observa-se na teoria “eclipse do mundo rural”. Esta é considerada como fortemente redutora, uma vez que incide sobre o processo de urbanização essencialmente como uma “invasão” à sociedade rural, e irreversível. Ao longo do tempo vai substituindo as estruturas tradicionais pelos fatores de modernização, ou seja, “o meio rural, ou tende a ser colonizado pela cidade (...) ou vai-se paulatinamente marginalizando e desaparecendo, por intermédio da contínua drenagem demográfica e pelo envelhecimento”. As zonas rurais que circundam os grandes pólos urbanos têm tendência a tornar-se cada vez mais dependentes, social, cultural e economicamente, o que é indiciado pelo aumento significativo da mobilidade espacial.

Concluimos que o meio rural e o meio urbano têm a si inerente uma relação de oposição e complementaridade. De oposição no sentido em que a definição de uma se apresenta como o oposto da outra, sendo difícil não mencionar o meio rural na definição do meio urbano, e vice versa. A relação de complementaridade verifica-se tendo em consideração a relação ininterrupta e constante que existe entre os dois espaços, quer nos dias atuais, no quotidiano de muita gente, quer na sua evolução histórica.

1.6 Isolamento

O isolamento pode ser observável em várias formas mas, para o presente estudo especificamente, parece-nos pertinente abordar o conceito nos âmbitos social e geográfico.

Revelando-se central para a presente investigação, a questão do isolamento geográfico surge como uma componente intrínseca ao meio rural e verificável nos concelhos estudados. Ao contrário do meio urbano, o rural é composto por uma maior dispersão de habitações. Para além dos pequenos aglomerados habitacionais, denominados de aldeias, surgem também as casas que se encontram totalmente desprovidas de vizinhança, conferindo aos seus habitantes um grande afastamento

geográfico da população, o que poderá ser bastante significativo em casos de idosos que raramente se deslocam a outros lugares.

Por outro prisma de análise surge o isolamento social. Este poderá ser uma consequência do isolamento geográfico, ou pode simplesmente ter por base características inerentes à pessoa em si, que promove um afastamento de outros indivíduos. Este tipo de isolamento é frequente em meios populosos, como as grandes cidades, e pode ter as mais variadas explicações, como a exclusão social. Importando a questão dos idosos para a temática, estes “estão especialmente vulneráveis a sentimentos e estados de solidão, devido ao declínio da sua saúde física, que os força ao isolamento social”(Mcnnis e White, 2001, *in* Fernandes, 2007, p. 58).

Fernandes (2007, p. 2) acrescenta que esta exclusão, a par do isolamento, ao qual muitos idosos estão expostos e se deparam no seu quotidiano, podem trazer repercussões para o desenvolvimento de uma sociedade, na qual o envelhecimento possa ser vivido com maior qualidade de vida.

Conclui-se, então, que o isolamento pode ser observado como um afastamento físico quando se verifica o fator distância física/geográfica de outros indivíduos, ou psicológico quando o indivíduo se sente moralmente perdido. “Representa uma separação do indivíduo das atividades interpessoais, tais como: falar, partilhar e amar” (Cabral, 2002, *in* Henriques, 2014, p. 19).

De acordo com um estudo realizado por Barbosa (2012, p. 53), que visa mensurar os níveis de solidão dos idosos de Ponte de Lima, concluiu-se que os residentes em meio rural apresentam níveis mais elevados de solidão, comparativamente com os que vivem em contexto urbano. Apesar de a solidão não ser considerada equivalente a isolamento, não significa que não exista uma relação de causa-efeito, uma vez que a solidão pode ser interpretada e definida como uma “experiência dolorosa que se tem quando as relações sociais não são adequadas” (Neto, 2000, *in* Fernandes, 2007, p. 31).

II - Ruralidade e segurança

Neste capítulo são explorados estudos prévios, que relacionam o meio rural e a segurança dos seus habitantes, em contexto nacional e internacional.

Num estudo da autoria de Leal (2010, pp. 423-424), no qual se estabelece uma comparação entre o sentimento de insegurança na Linha de Sintra e no concelho de Mértola, conclui-se que no primeiro o sentimento de insegurança é alto, especificamente nos bairros mais pobres e alvos de exclusão social. Por outro lado, no concelho de Mértola, o sentimento de insegurança é reduzido, tendo em consideração a baixa taxa de vitimação, surgindo apenas como problemas algumas incivildades resultantes do choque geracional e dos estilos de vida a si inerente.

Num estudo da autoria de Emanuela Pacheco (2014, p. 38), no ano de 2014, dedicado à investigação do sentimento de insegurança e medos provocados pelo crime e violência em meio rural, e em função da idade no concelho de Cabeceiras de Basto, concluiu-se que as diferenças entre as faixas etárias não são significativas. No caso específico dos idosos, denota-se uma atenção aos acontecimentos do quotidiano mas, como até então não surgiram problemas relevantes ao nível criminal, não revelam ter grandes preocupações nesse sentido.

Também se considera interessante introduzir um estudo da autoria de Miranda (2013, pp. 60-61), que foca a atuação policial junto de idosos em Queluz, Agualva-Cacém e Rio de Mouro, localizados na Área Metropolitana de Lisboa. Apesar de não serem descritas como zonas propriamente rurais, têm na sua constituição uma grande percentagem de população idosa. Na sua maioria os idosos sentem-se seguros, devido ao trabalho de proximidade realizado por agentes especializados, neste caso Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV), da PSP. No entanto, uma parte significativa dos idosos que vive sozinho, não se sente seguro na sua área de residência. Estes casos são sinalizados e, por isso, objetos de mais atenção. Apesar da criminalidade contra o idoso ter diminuído, os *media* são um fator influenciador do sentimento de insegurança, tendo em conta os conteúdos chocantes que divulga, muitos deles nos quais idosos são as vítimas. Acerca da confiança nas FS, neste caso a PSP, a formação específica de elementos policiais tem

demonstrado ser importante para a criação de uma relação positiva e de confiança entre polícia e idosos, o que pressupõe uma diminuição das cifras negras.

Ultrapassando as barreiras nacionais, no Madagáscar, país africano em desenvolvimento, associa-se o crime e a insegurança ao meio rural, uma outra perspetiva que difere em muito da realidade portuguesa. Smith e Barrett (2001 *in* Marcel & Moser, 2004, p. 30) apontam como possível razão, que justifique esta criminalidade, o facto de o isolamento alimentar a desconfiança entre diferentes grupos étnicos. Marcel e Moser (2004, pp. 29-30) acrescentam outras possibilidades, como o facto de o meio rural proporcionar condições adequadas para a passagem e estadia de grupos criminosos, ou mesmo a escassez de alternativas de entretenimento provocarem um aumento do consumo de álcool, o que despoleta comportamentos como brigas, homicídios ou crimes de cariz sexual, como a violação. Porém, também se conclui que a aplicação da lei não tem efeitos sobre a perceção da insegurança, e que a presença de polícia tem um efeito positivo sob o crime denunciado. Atribui-se, assim, este efeito de crime não denunciado a comunidades sem a presença policial.

Introduzindo a realidade brasileira, recorre-se a um estudo da autoria de Lopes (2014, pp. 30-31), cujo objetivo é explorar a insegurança e a criminalidade no meio rural, especificamente nos locais de Contento e Pedra do Boi, em Araçagi, localizados no Estado do Paraíba. Através das ilações daí retiradas, observa-se um aumento da violência e da criminalidade que provoca na população um sentimento de insegurança. O crescimento da cidade, o desemprego e a impunidade (fruto dos crimes não denunciados) são fatores responsáveis pelo aumento da criminalidade, contudo, as drogas são apontadas como principais motores potenciadores destes comportamentos. Pelo facto de nos locais isolados o socorro demorar mais tempo a chegar do que o normal, oferece mais tempo de atuação aos criminosos, a par da resistência oferecida pelas vítimas, que é menor.

Este sentimento de insegurança disseminado, consequência também da falta de proteção e da criação de medidas públicas, tem provocado nos moradores uma desistência das suas atividades quotidianas, como a agricultura, pecuária, ou mesmo a aquisição de novos objetos, apenas para evitar que sejam vítimas de roubo, furto, violência ou

homicídio. A consequência mais atroz desta problemática é o abandono rural, uma vez que as pessoas preferem procurar outros lugares, ao invés de continuarem expostas ao crime desenfreado.

Concluimos que a (in)segurança em meio rural não é um tema linear e extrapolável ao nível global. Como mencionado, diversas realidades no mundo demonstram reações distintas à conjugação dos fatores crime, (in)segurança e ruralidade, pelo que é necessário atentar aos comportamentos típicos de cada sociedade para melhor compreender a sua construção, bem como às medidas de segurança providenciadas pelo Estado e o modo como estas são aplicadas.

III. O método

3.1 Enquadramento Metodológico

A metodologia constitui-se como um pilar fundamental numa investigação. É através desta que se realizam o planeamento e a estratégia a adotar com vista à obtenção dos resultados, assim, a metodologia “visa a descrição precisa do problema, dos métodos, das técnicas, dos instrumentos de pesquisa, dos materiais e dos equipamentos utilizados no trabalho” (Sarmiento, 2013, *in* Vicente, 2015, p. 24).

Para a presente investigação o método adotado é de cariz qualitativo. Num primeiro momento, recorreu-se à observação, através de uma pesquisa de campo, que incide particularmente na vertente social e, na qual, se pretendeu abordar alguns idosos e questioná-los acerca do seu sentimento de insegurança, assim como a forma como estes percecionam o trabalho das FS.

Para além da pesquisa de campo, a recolha de informações relevantes pressupôs a aplicação de questionários com questões abertas, portanto, que “requerem de uma resposta construída e escrita pelo respondente, ou seja, a pessoa responde com as suas próprias palavras” (Hill & Hill, 1998, p.15). A sua aplicação realizou-se via correio eletrónico a elementos policiais e a profissionais da vertente social de cada concelho.

É importante para o presente estudo considerar e explorar as perspetivas destes inquiridos, na medida em que permite a observação das diferentes dimensões (policiamento/segurança e social), e a forma como se complementam.

Os membros policiais, enquanto responsáveis pela segurança e sua manutenção junto das populações, e os profissionais da área social, enquanto zeladores pelo bem-estar das mesmas, através da criação de mecanismos de dinamização e de melhoria da qualidade de vida. Estes atores, no cumprimento das suas funções, tornam-se responsáveis na diminuição do sentimento de insegurança

3.2 Os inquiridos

A seleção dos inquiridos para o presente estudo teve como critério preponderante o contacto que profissionais das áreas, social e de segurança, mantêm com a população em estudo: idosos que habitam em situação de isolamento. Para tal, foram selecionados seis elementos a inquirir. Destes, três são referentes à vertente social, e os três restantes à vertente da segurança.

Na área social foi inquirida uma técnica superior de serviço social, membro do Gabinete de Inserção Social (GIS) da Câmara Municipal de Mértola (CMM), e também à Diretora do Serviço de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia (SCM) de Mértola. Em Odemira foi inquirido um psicólogo, que integra o projeto “Avidavale”, no âmbito da associação “OdemiraMais”.

Os três inquéritos restantes foram aplicados à GNR. Destes, dois foram direcionados para a Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC), dos Destacamentos de Odemira e Almodôvar. Este último por ser o Destacamento que abrange o concelho de Mértola. E, por fim, o Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) de Beja, uma vez que este é o responsável pelo apoio à vítima específica, categoria na qual se inserem os idosos, na pós vitimação. Este Núcleo tem uma área de atuação ao nível distrital, contemplando assim os dois concelhos em estudo.

Previamente foi realizada uma pesquisa de campo na área social. Esta teve por objetivo o contacto direto e informal com idosos que habitam em situação de isolamento, e foi efetuada nos dois concelhos. Em Mértola foram abordados seis idosos, e em Odemira quatro

3.3 Recolha de dados

“Esta operação consiste em recolher ou reunir concretamente as informações determinantes junto das pessoas ou das unidades de observação incluídas na amostra” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 185).

O processo de colheita de dados, para o presente estudo, dividiu-se em duas fases, observação direta e indireta. A primeira consistiu numa pesquisa de campo, realizada no âmbito da área social. E, a segunda, na aplicação de inquéritos por questionário a indivíduos específicos, na área social e da segurança.

3.3.1 Pesquisa de campo

Numa fase inicial, relativa à observação direta, foram realizadas conversas informais, que tiveram por objetivo a recolha de informações acerca do sentimento de insegurança da população idosa que habita em contexto isolado. Estas conversas tiveram como interlocutores os profissionais da área social e os próprios idosos, com as características pretendidas.

No dia 7 de junho de 2018, no concelho de Mértola, foi realizado o acompanhamento da técnica superior de serviço social que, no âmbito do “cartão social”, teve que se deslocar ao domicílio de alguns idosos. Estes, apesar de não viverem completamente isolados, estão inseridos em aldeias tendencialmente desertificadas e, nas quais, os poucos habitantes se inserem maioritariamente na faixa etária a partir dos 65 anos de idade.

No concelho de Odemira, a pesquisa de campo teve lugar na freguesia de Sabóia, no dia 25 de julho de 2018. Neste local realizam-se, com frequência, encontros de habitantes das redondezas que, na sua maioria, vivem isolados, sem qualquer vizinhança nas

proximidades. Esta visita foi providenciada por um psicólogo, que integra o projeto “Avidavale”, da associação “OdemiraMais”.

É atribuída elevada importância a esta visita acompanhada, na medida em que a técnica superior de serviço social e o psicólogo se estabelecem como um elo de ligação entre o idoso e o investigador. Na sua ausência seria mais difícil, ou mesmo impossível, o estabelecimento de uma relação de confiança, o que poderia ter influenciado a informação fornecida pelo idoso.

A representatividade desta amostra pode ser questionável, na medida em que estas visitas apenas focaram localidades muito específicas de ambos os concelhos, persistindo a possibilidade das informações aí recolhidas não serem coincidentes com a totalidade do universo em estudo. Contudo, fornecem-nos um ponto de partida, não apenas por nos dar algumas indicações acerca do sentimento de insegurança em idosos que vivem isolados, mas também por nos permitir fazer uma extrapolação para o universo total junto dos profissionais presentes, que também exercem funções ou têm uma consciência da realidade nos concelhos, no seu todo.

3.3.2 Inquérito por questionário

Os inquéritos por questionário, que se inserem na observação indireta, foram aplicados nas duas vertentes da investigação. Determinou-se o recurso à amostragem por conveniência, considerando que foram inquiridos elementos escolhidos diretamente, neste caso pela sua pertinência e pelo contributo para a investigação. O espaço temporal definido nos questionários refere-se ao período entre 2013 e 2018.

Referente à vertente social do presente estudo, foram aplicados questionários à Técnica Superior de Serviço Social, membro do GIS da Câmara Municipal de Mértola, à Diretora do Serviço de Apoio ao Domicílio da SCM de Mértola e, em Odemira, ao Psicólogo que desempenha um papel ativo no Projeto “Avidavale”, no âmbito da Associação “OdemiraMais”.

Relativamente à vertente da segurança recorreu-se à aplicação de questionários a elementos policiais da GNR. Estes integram a SPC e o NIAVE. As SPC mencionadas

pertencem aos Destacamentos de Odemira e Almodôvar. E o NIAVE pertence ao Destacamento Territorial de Beja, abrangendo todo o distrito

Os questionários aplicados têm em consideração as funções desempenhadas por cada entrevistado, havendo, por isso, algumas diferenças, mas com um sentido comum. Assim, pretende-se compreender, do ponto de vista do especialista, quais as formas de ação e de prevenção do crime, no sentido de conferir segurança aos indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos, e que habitam em contexto de isolamento.

No caso dos questionários aplicados a elementos policiais foi realizado um trabalho de pesquisa prévio. Este teve como princípio a compreensão do tipo de ação adotada, bem como as funções dos elementos a inquirir, com vista a tornar os questionários mais pragmáticos e realistas. Posteriormente, foram solicitadas as devidas autorizações ao Comando de Formação e Doutrina da GNR que, após apreciação dos guiões, remeteu-os para os devidos destinatários, concedendo-nos por fim as respetivas respostas.

Estes inquéritos assumem um carácter qualitativo, na medida em que são compostos maioritariamente por questões abertas. Para a presente investigação, este tipo de questionário é útil, uma vez que se pretende a “substituição” de uma entrevista, como forma de colmatar obstáculos inerentes às distâncias a percorrer para a sua realização.

Respeitante à composição dos inquéritos por questionário, inicialmente estes têm uma secção introdutória. Referimo-nos a um parágrafo inserido antes das questões, no qual é fornecida uma breve explicação acerca da investigação, e também são identificados o autor, o orientador científico, o curso e a instituição de ensino.

Nos inquéritos dirigidos à componente social, as questões direccionam-se, sobretudo, para a população (em estudo) em si. É questionada a caracterização da população, o apoio social a si fornecido, e as possíveis parceiras institucionais no apoio a idosos que habitam isolados. Tendo em conta a proximidade destes profissionais e o contacto com estas pessoas, também são colocadas questões acerca da consciência destas relativamente ao sentimento de insegurança, bem como a forma que percecionam a papel das autoridades na manutenção da segurança. Na generalidade das questões, a perspetiva do especialista inquirido é muito valorizada.

Nos inquéritos dirigidos à SPC, inserido na área da segurança, portanto, são colocadas, num primeiro momento, questões acerca do seu modo de funcionamento, da sua história e composição. Estas questões assumem um carácter descritivo e de opinião. Descritivo na medida em que se pretende conhecer o funcionamento de mecanismos ou medidas aplicadas pela GNR e, de opinião, tendo em conta que se é considerada a perspectiva do especialista.

São também colocadas questões acerca da população em estudo, designadamente estatísticas. Através destas, procura-se saber o número de idosos que habitam em situação de isolamento e o número de idosos que já foram vítimas de crimes.

No inquérito dirigido ao NIAVE pretende-se saber, essencialmente, qual o seu papel na pós vitimização.

Sabendo que este último se dedica exclusivamente a vítimas específicas, nas quais estão inseridos os idosos, aplicam-se questões no sentido de compreender quais as suas funções, parcerias e forma de atuação aquando do início de um processo, e de que modo é realizado o acompanhamento das vítimas, na pós vitimação.

Importa referir que estes inquéritos por questionário, dirigidos às SPC de Odemira e Almodôvar, bem como ao NIAVE de Beja, estão abrangidos pelo termo de compromisso e pela declaração de confidencialidade. Estes impedem a divulgação na íntegra dos documentos preenchidos pelos elementos da GNR inquiridos, bem como a extrapolação das conclusões daí retiradas para o universo da GNR.

3.4 Tratamento dos dados

Após a recolha dos dados, e atendendo ao carácter qualitativo da informação daí proveniente, considera-se pertinente a interpretação individualizada dos resultados de cada questionário. Deste modo, é possível dar a devida atenção aos detalhes de cada resposta, tendo em conta que os questionários respeitantes à vertente social não foram concebidos exatamente iguais para todos os inquiridos.

Atendendo ao carácter do presente estudo, que se baseia na comparação entre ambos os concelhos, verificou-se um esforço no sentido de aplicar questionários iguais para os

dois locais. Na área da segurança tal foi possível, mas o mesmo não se sucedeu na área social. Acerca desta última, importa ter em mente que os inquiridos que colaboraram no estudo não representam instituições diretamente comparáveis, o que justifica a necessidade de adaptar os instrumentos de recolha a cada realidade.

Após a análise individual pretende-se realizar um cruzamento da informação. Este é executado de forma faseada, realizando uma subdivisão, numa primeira instância, entre a vertente da segurança e a social.

Na análise à segurança são comparadas as formas de atuação da SPC, de Odemira e de Almodôvar e, de seguida, é também introduzido o papel do NIAVE de Beja.

A análise da perspectiva social não é realizada de forma tão direta. Primeiramente, são examinadas as funções da CM de Mértola e da SCM de Mértola, com o intuito de estabelecer uma uniformização da atuação ao nível social do concelho. Após a realização desta operação, podemos então proceder à comparação entre Mértola e Odemira.

Numa segunda fase do cruzamento de informação, pretende-se subdividir o estudo pelos dois concelhos. Realiza-se, assim, uma análise completa da atuação dos órgãos encarregues pela área social e a GNR local, aprofundando a dinâmica criada por estas duas instituições no concelho, com vista à proteção e manutenção do sentimento de segurança dos indivíduos idosos habitantes em locais isolados.

Por fim, a terceira fase, e após a condensação de toda a informação, as realidades gerais dos dois concelhos são confrontadas. Esta generalidade refere-se ao âmbito social e da segurança, o que nos permite abrir o espectro da observação e examinar a realidade de cada concelho, de modo uniforme, no que concerne ao sentimento de insegurança, em indivíduos idosos que habitam em contextos isolados. É nesta fase também que são introduzidas as informações recolhidas durante a pesquisa de campo, de acordo com a pertinência do contexto e da sua utilidade para o estudo.

Através desta linha de raciocínio pretende-se, por fim, o cumprimento dos objetivos, geral e específicos, e a construção de uma resposta para a questão de partida proposta no início da investigação: *De que forma a ruralidade e o isolamento das populações contribui para o seu sentimento de (in)segurança?*

IV: Análise empírica - estudo de caso

4.1 Mértola e Odemira: caracterização

O concelho de Mértola apresenta 1 292,87 km² de área, divide-se por 7 freguesias, com uma área média individual de 143,6 km² e com cerca de 150 localidades. Encontra-se localizado na região interior do Baixo Alentejo e pertence administrativamente ao distrito de Beja. Geograficamente, Mértola faz fronteira a Norte com o concelho de Serpa, a Oeste com os concelhos de Castro Verde e Almodôvar, a Sul com o concelho de Alcoutim (pertencente à região algarvia), e a Este tem limite com Espanha²⁷.

Recorrendo ao indicador população residente é possível observar como a população, habitante há pelo menos 12 meses, se organiza em grupos etários²⁸. De acordo com dados recolhidos no PORDATA (**tabela 10**) é possível aferir que no ano de 2001, em Mértola, a população total registada foi de 8.669 pessoas. Entre os 0 e 14 anos de idade foram registados 991 indivíduos, o que corresponde a 11,43% da população total. Entre os 15 e 64 anos registaram-se 4.865 indivíduos (56,11%) e, com 65 ou mais anos, 2.814 indivíduos, o que corresponde a 32,46% da população total. Em 2013 verifica-se um decréscimo da população total, comparativamente a 2001, registando 6.909 indivíduos. 9,3% da população tem até 14 anos. Entre os 15 e 64 anos corresponde a 56,48% e, com 65 ou mais anos, 34,22% (**tabela 11**). De acordo com os dados recolhidos em 2017 observa-se também um decréscimo. Neste ano, o total da população registado é 6.372 indivíduos. 9,35% insere-se no grupo etário até aos 14 anos, 55,2% entre os 15 e 64 anos e, por fim, 35,36% corresponde à população idosa (65 ou mais anos) (**tabela 12**).

Através do indicador densidade populacional é possível analisar a relação entre o número de habitantes da área territorial em estudo e a sua área da superfície²⁹. Em Mértola, de acordo com os anos 2001, 2013, 2017, verifica-se 6,7%, 5,3% e 4,9%,

²⁷ In <https://www.cm-mertola.pt/viver-em-mertola/destaques> (30-09-2018).

²⁸ In <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3335> (30-09-2018).

²⁹ In <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5008> (30-09-2018).

respetivamente. Através deste indicador e do referente à população residente, conclui-se que estamos perante um decréscimo constante de habitantes por km² neste concelho (**tabela 10**).

Tendo em conta o indicador índice de envelhecimento é permitido estabelecer a relação entre os jovens (até 15 anos) e os idosos (65 ou mais anos), numa região³⁰. De acordo com os anos previamente mencionados, 2001, 2013 e 2017, observa-se 283,9%, 367,7% e 377% respetivamente. Em 2017, por exemplo, para cada 100 jovens, correspondem 377 idosos. Ou seja, o número de idosos é superior ao número de jovens nos anos em análise, com tendência de crescimento positiva (**tabela 11**).

O concelho de Odemira localiza-se na região Alentejo Litoral, é composto por 13 freguesias e tem, na sua totalidade, 1 720, 25 km² de área, o maior concelho do país em termos de dimensão. A Norte tem fronteira com os concelhos de Sines e Santiago do Cacém, a Este com Ourique, a Sul com os concelhos algarvios de Aljezur, Monchique e Silves e, a Oeste, com o Oceano Atlântico, somando 55 quilómetros de costa³¹.

Ao nível sociodemográfico, no concelho de Odemira o cenário não difere muito do observado em Mértola. A população residente total tem vindo igualmente a decrescer no decorrer dos anos. Em 2001 registou-se um total de 26.110 indivíduos. 13% diz respeito à camada populacional até 14 anos, 61,87% a indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e 64 anos, e 25,13% a indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos (**tabela 10**). Em 2013 a população residente total era de 25.770 indivíduos, sendo que 12,1% corresponde à faixa etária dos 0 aos 14 anos, 61,36% entre os 15 e 64 anos, e 26,55% com 65 ou mais anos de idade (**tabela 11**). Em 2017 registaram-se 24.829 indivíduos. Destes, 11,51% é referente às idades entre 0 e 14 anos, 61,14% entre 15 e 64 anos, e 27,35% com 65 anos ou mais anos (**tabela 12**).

A densidade populacional também se mostra em fase de decréscimo, uma vez que nos anos de 2001, 2013 e 2017 se registou 15,2%, 15,0% e 14,4%, respetivamente (**tabela 10**). Em sua oposição, o índice de envelhecimento tem-se revelado em constante evolução positiva, sendo que em 2001 o rácio foi de 193,3%, em 2013 de 219,5 % e, em

³⁰ In <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/925> (30-09-2018).

³¹ In <http://www.cm-odemira.pt/pages/113> (5-04-2018).

2017, de 237,5% (**tabela 11**). Existe inequivocamente um excesso de idosos quando comparado com o número de jovens.

Observam-se grandes diferenças, ao nível estrutural da demografia, entre os concelhos de Mértola e Odemira. Através do indicador da população residente é-nos possível verificar, quer seja em 2001, 2013 ou 2017, que Odemira tem uma população aproximadamente três vezes superior à de Mértola. Também a densidade populacional é sempre significativamente superior no concelho de Odemira, nos anos indicados. Apenas o índice de envelhecimento é proeminente no concelho de Mértola, revelando uma superioridade muito significativa da população idosa perante a população jovem.

Um outro fator diferenciador entre os concelhos em foco é a taxa de imigração. No concelho de Odemira, no ano de 2013, registou-se 12,4% de população estrangeira, com estatuto legal de residente, em % da população residente. Em 2017 esta proporção aumentou para 19,8%. No concelho de Mértola este indicador assume uma posição muito pouco expressiva (1,5% - 2013; 1,8% - 2017) (**tabela 12**). A maioria dos imigrantes é proveniente da Ásia e, de um modo geral, “fixam-se na faixa litoral do concelho, uma vez que as grandes empresas agrícolas estão instaladas nesta zona e precisam de grande quantidade de mão-de-obra”. Este fluxo significativo de imigrantes, com uma cultura muito diferente da portuguesa, “coloca [à autarquia] novos problemas e desafios ao acolhimento e integração destes imigrantes, como seja a barreira linguística, as condições de habitabilidade e a sua participação e integração na comunidade local” (Correia *et al*, 2017). Com vista a colmatar este desafio, a CM de Odemira criou a Comissão Municipal do Imigrante, que se dedica exclusivamente a esta população.

Importa também transportar para o estudo a realidade criminal inerente a cada concelho, tendo em conta os anos supra mencionados. No ano de 2001, no concelho de Mértola, registaram-se 166 crimes. Destes, os que representam maior expressão são crimes contra a sociedade, com 53%. De seguida, com a mesma frequência, de 16,9%, correspondem os crimes contra as pessoas e contra o património. No mesmo ano, no concelho de Odemira, a realidade criminal difere um pouco. O total de crimes registado é de 534. A maior percentagem são crimes contra o património, 39,5% e, em segundo lugar, com 27%, encontram-se os crimes contra as pessoas e contra a sociedade (**tabela 10**).

No ano de 2013, no concelho de Mértola, registaram-se 175 crimes. Destes, 53,7% referem-se aos crimes contra o património, 22,3% aos crimes contra pessoas e 17,1% contra a sociedade. Em Odemira, com um total de crimes registados de 846, 54,4% respeitam a crimes contra o património, 18,8% contra a sociedade e 17,5% contra as pessoas (**tabela 11**).

Por último, no ano de 2017, registaram-se em Mértola 136 crimes. Destes, 35,3% dizem respeito a crimes contra a sociedade, 27,9% contra o património, e 27,2% contra as pessoas. No concelho de Odemira totalizaram-se 680 crimes, sendo 40,4% respeitantes a crimes contra o património, 22,4% contra as pessoas e 22,1% contra a sociedade (**tabela 12**).

No concelho de Mértola verificou-se uma pequena flutuação, considerando os anos estudados, respeitante aos registos criminais. Relativamente à tipologia de crime, a tendência é haver maior expressão em crimes contra a sociedade, apesar de em 2013 o crime mais frequente ter sido contra o património.

No concelho de Odemira observa-se uma grande evolução positiva do número de crimes registados. De 2001 para 2013 há um aumento de, aproximadamente, 300 crimes, evolução exponencial esta que não se verifica no concelho de Mértola. E, em 2017, volta a observar-se uma queda considerável em torno do número total de crimes, decrescendo de 846 (em 2013) para 680 (em 2017). Respeitante à tipologia de crime mais praticado, confirma-se uma coerência relativamente aos crimes contra o património, em todos os anos estudados.

É evidente a grande diferença entre os dois concelhos ao nível de registo criminal. Em Odemira, a realidade é mais acentuada em todos os anos estudados mas, importa referir uma vez mais, que este concelho apresenta aproximadamente o quádruplo da população comparativamente com o concelho de Mértola. Referente à tendência de crimes praticados entre os dois contextos também se estabelece uma distinção, sendo no concelho de Mértola maior a expressão nos crimes contra a sociedade e, no concelho de Odemira, contra o património.

4.2 Análise da pesquisa de campo

No concelho de Mértola, durante o acompanhamento da técnica superior de serviço social, foram realizadas visitas ao domicílio a seis idosos, cinco do sexo feminino e um do sexo masculino. Embora não se encontrem completamente isolados, tendo em conta que estão inseridos em aldeias, denota-se uma grande tendência destas para a desertificação, bem como um elevado envelhecimento ao nível populacional. E, por esta razão, considera-se a observação destes indivíduos pertinente para o presente estudo.

O primeiro indivíduo demonstrou alguns cuidados quando foi efetuado o primeiro contacto, nomeadamente a verificação de quem estava a bater à porta antes de abrir. Como passou grande parte da sua vida em Lisboa, talvez uma razão plausível para as precauções previamente mencionadas, afirma não se sentir inseguro na aldeia onde atualmente habita.

Na segunda aldeia visitada foram abordados três idosos. Estes demonstraram ser menos cautelosos e bastante recetivos a pessoas desconhecidas. Quando questionados sobre a habitação de um indivíduo idoso específico (a visitar no âmbito do ‘‘cartão social’’), forneceram todas as indicações necessárias, sem antes questionar qualquer identificação de quem perguntou. Verificou-se ainda um outro descuidado, quando nos convidaram a entrar nas suas casas, oferecendo cadeiras para nos sentarmos e algo que quiséssemos tomar. Estes idosos demonstraram total confiança, mesmo antes de haver uma identificação da técnica social e do investigador. Quando questionados, afirmaram não se sentir inseguros e, mesmo havendo consciência dos riscos, desvalorizam, uma vez que até à data nunca aconteceu nada. A grande preocupação que os assola está relacionada com a saúde e a dificuldade nas deslocações ao hospital.

Na terceira aldeia a visita foi direcionada a um idoso que permanece sempre em casa, sentado junto da porta de entrada aberta, devido às suas limitações motoras. Verificou-se haver uma tranca na porta, mas remonta à altura em que tinha um vizinho toxicodependente, que assaltava casas para roubar valores. Quando questionado acerca da segurança, afirma não ter razões para se sentir inseguro, pois até então nada aconteceu.

Por fim, o último idoso visitado foi o único que não nos recebeu em casa. Não devido a desconfiança, mas por não haver necessidade para tal. Acerca da segurança, afirma não haver razões para se sentir inseguro porque, mais uma vez, até à data não aconteceu nada que o justifique, contudo, está ciente dos riscos a que pode estar exposto. Afirma também haver policiamento regular, o que contribui para o seu sentimento de segurança.

Conclui-se que os idosos visitados demonstram ter uma visão muito semelhante acerca da segurança. Verifica-se uma consciência comum relativa à sua exposição a riscos e ao facto de serem vítimas vulneráveis mas, como não há acontecimento prévios que os faça sentir-se inseguros, afirmam viver num clima de segurança.

No concelho de Odemira a pesquisa de campo foi realizada de forma diferente. Não houve uma deslocação direta às habitações dos indivíduos, mas sim um contacto durante um encontro quinzenal no âmbito do projeto “Avidavale”. Aqui foi possível abordar quatro idosos, dois do sexo feminino e dois do sexo masculino.

O primeiro vive isolado juntamente com o cônjuge, e afirma ter uma grande consciência dos riscos a que está exposto, o que se reflete num grande sentimento de insegurança. Como tal, toma diversas medidas preventivas, por exemplo, é detentor de muitos cães, o que lhe confere maior segurança, pelo facto de serem um alarme e repelirem alguns perigos. Quando se encontra sozinho não o revela a ninguém, ou leva a chave de casa consigo quando se afasta um pouco mais. Tem em sua posse o contacto da GNR para o caso de ser necessário.

O segundo idoso abordado também vive isolado com o cônjuge, e foi, recentemente, vítima de um roubo na sua casa, perpetrado por um grupo de homens. Apresenta sinais traumáticos deste acontecimento, revelando um grande sentimento de insegurança. Como tal, prepara-se para mudar a sua residência para uma aldeia, na qual se sente mais seguro. Afirma total desconfiança na GNR, talvez porque sente que quando precisou não recebeu a ajuda necessária. Quando questionado, o psicólogo do projeto “Avidavale”, afirma que este não é um caso único.

O terceiro idoso frequenta atualmente o centro de dia. Antes vivia isolado e afirma nunca se ter sentido inseguro, mas concorda que nos dias de hoje o mundo é um lugar com cada vez mais riscos. Reconhece as ações de sensibilização da GNR como muito

benéficas para alertar os idosos dos perigos a que se encontram expostos, só tem pena que alguns destes não tenham a capacidade de reter esta informação, devido a limitações derivadas da idade.

O quarto idoso vive num local sem vizinhos próximos, mas tem perto de si uma estrada movimentada. Apesar de nunca ter sido vitimizado, tem consciência dos riscos a que está exposto. Por esta razão, demonstra uma atitude preventiva, como manter a porta trancada, ou não a abrir sem antes verificar quem é. Acerca da GNR, afirma vê-los com frequência e tem o seu contacto para alguma eventualidade, mas não demonstra confiança, no sentido em que se precisar um dia, o tempo de os avisar e eles chegarem não impede o “mal” de acontecer.

Conclui-se que, neste universo, existe uma grande consciência dos riscos que o isolamento e o envelhecimento acarretam e, por isso, tomam muitas medidas preventivas. Acerca das autoridades, existe confiança, apesar de não ser transversal a toda a população.

4.3 Análise dos inquéritos

Neste subcapítulo é realizada a análise detalhada das informações, obtidas através dos questionários, introduzindo também outra informação considerada pertinente e adequada no devido contexto.

4.3.1 Vertente social

No questionário aplicado à Técnica Superior de Serviço Social do GIS, da CM de Mértola (**anexo A**), aferiu-se que o acompanhamento realizado pela entidade baseia-se nos domicílios de “Cartão Social” e “Unidade Móvel de Saúde”. Esta última dirige-se a todas as localidades do concelho aquando das campanhas.

Em relação à consciência dos perigos inerentes ao isolamento, o inquirido afirma não se verificar, uma vez que “sempre assim viveram, ouvem falar, mas não pensam que lhes vá acontecer”. Acrescenta ainda que, durante as visitas ao domicílio que realiza, encontra

sempre as portas abertas e convidam a entrar mesmo sem conhecer. O principal medo destas pessoas é a solidão, de acordo com a perspetiva do inquirido.

Acerca do papel da GNR, o inquirido considera fundamental a informação que os agentes vão divulgar porta a porta, porém, os idosos ouvem e aceitam esta informação, mas não cumprem, por achar que não lhes vai acontecer.

Através do questionário dirigido à Diretora de Apoio Domiciliário da SCM de Mértola (**anexo B**), foi possível apurar que atualmente têm 139 utentes, sendo 60 do sexo masculino e 79 do sexo feminino. Estes utentes habitam fora da vila de Mértola, portanto, em pequenas localidades que, mesmo não sendo consideradas isoladas, apresentam uma tendência favorável à desertificação e são compostas maioritariamente por população idosa. Na análise à evolução do número de utentes, “constatamos uma redução, que acompanha a redução da população de Mértola”.

O acompanhamento, realizado pelo Serviço de Apoio ao Domicílio da SCMM, tem por finalidade providenciar a satisfação das necessidades básicas aos utentes, nomeadamente a alimentação, higiene, pessoal e habitacional, tratamento da roupa, acompanhamento a serviços civis ou de saúde. Estas atividades são asseguradas com a periodicidade necessária a cada utente específico.

Para além da SCM de Mértola há outras entidades semelhantes a operar no concelho que providenciam os mesmos serviços. Pressupõe-se, portanto, que estamos perante uma amostra e não o universo completo de idosos que vivem isolados.

Acerca da segurança, o inquirido revela “que os utentes não estão muito alerta para o facto das visitas poderem ser alguém com intenções de atentar contra o seu bem estar”, convidando pessoas desconhecidas a entrar em suas casas, sem saber qual a intenção destas. Verifica-se que não existe uma consciência do isolamento nem dos perigos que daí podem advir. Têm esta ideia mais presente quando têm conhecimento de alguém das proximidades que tenha sido vítima de violência ou de assalto, mas como não são acontecimentos frequentes não existe uma lembrança permanente dos perigos a que estão sujeitos. Para estes indivíduos, a saúde é o fator que mais receio lhes causa.

Questionado sobre o papel da GNR, o inquirido afirma que a sua presença junto dos idosos lhes transmite tranquilidade e maior sentimento de segurança, sendo os agentes

percecionados como “alguém que representa a autoridade e afasta as pessoas mal intencionadas”.

A GNR e a SCM de Mértola têm uma parceria direta, uma vez que fazem parte da “Rede Social de Mértola”. Esta Rede consiste num grupo de trabalho, que analisa e tenta solucionar situações que ocorram com idosos e pessoas dependentes e, aquando de ocorrências com vítimas desta natureza que exijam a intervenção do Núcleo da GNR direcionado para esta área, é realizado um contacto prévio e a intervenção é conjunta.

O questionário, aplicado ao Psicólogo do projeto “Avidavale” (**anexo C**), objetiva a análise ao concelho de Odemira, e baseia-se em quatro freguesias localizadas no interior do concelho, Sabóia, Luzianes, Santa Clara e São Martinho das Amoreiras, que constituem o raio de ação do projeto e tem referenciados 380 indivíduos, com idade igual ou superior a 65 anos.

Este projeto, dinamizador da comunidade idosa isolada, foi criado com o intuito de reduzir a taxa de suicídio, realidade frequente no concelho. O inquirido afirma que “o projeto atua em concordância com as principais recomendações de prevenção do plano nacional de prevenção do suicídio 2013-2017”. E, apesar de não haver certezas sobre o decréscimo do fenómeno nos últimos anos, existe a convicção da sua eficácia.

O inquirido aponta os roubos, furtos e burlas como os principais riscos a que os idosos isolados estão expostos, considerando também que estes têm consciência dos perigos, “pelo menos na teoria”. Estabelece ainda uma diferenciação entre os homens e as mulheres. De um modo geral, as últimas são mais conscientes, mas por outro, os homens acreditam ter capacidade para se defender, se necessário.

Perante esta consciência, o inquirido afirma serem os crimes de burla, furto e roubo os que mais suscitam receio, bem como o medo de serem maltratados e não conseguirem chamar os devidos socorros.

Relativamente à GNR, declara haver muito regularmente ações de sensibilização nas aldeias e no centro comunitário. Confessa ter tido receio, no início, que estas despertassem nos idosos um sentimento de insegurança, mas o efeito surtido foi a sensação de estarem mais preparados para se defenderem dos perigos de que possam ser vítimas.

Acerca da forma como os idosos percecionam o trabalho da GNR, considera que no início “não estava muito bem vista por alguns, ainda uma lembrança do regime Salazarista”, mas, de modo gradual, o programa “Idosos em Segurança” veio mudar esta perspetiva.

O projeto “Avidavale” tem também um papel na pós vitimação, ou seja, quando um idoso é vítima de um crime são efetuadas visitas domiciliárias com a finalidade de trabalhar o sentimento de segurança, incluindo também os familiares no processo. Na maior parte das vezes, nestas situações, a vítima acaba por mudar de residência pouco tempo depois. No caso do projeto ter conhecimento antes da GNR, é realizado um acompanhamento da denúncia.

Mais detalhadamente, o projeto “Avidavale” insere-se no âmbito do Programa “Odemira+”, e os seus princípios passam por reduzir o isolamento e as distâncias, diminuir sentimentos de solidão, desenvolver competências pessoais e sociais, apoiar os idosos na execução da sua cidadania e promover mecanismos de auto-valorização, com a população que vive em montes isolados no interior do concelho como principal público-alvo. Este acompanhamento é realizado através de ações na área da saúde mental e da animação comunitária, como forma de dinamizar o aspeto social desta comunidade.

A sua criação teve por base a elevada taxa de suicídio registada no concelho, no entanto, aquando da elaboração do diagnóstico social, surgiram diversas problemáticas que tornaram pertinente a valorização desta componente, o que viabilizou o modo de atuação do projeto “Avidavale” como é atualmente.

Esta dinamização social pretende colmatar problemas de cariz geográfico e demográfico, tendo em consideração as características do concelho, com uma alargada extensão territorial e simultaneamente pouco povoado, o que faz aumentar as distâncias entre as pessoas. Nesta medida, surge um problema ao nível da mobilidade e acessibilidade, contribuindo largamente para o isolamento social e territorial.

Nos casos específicos dos idosos, que representam uma grande parte da população do concelho, a maioria com fortes ligações às tradições antigas e com uma grande dificuldade em acompanhar a evolução dos tempos modernos, tornam-se numa faixa da população vulnerável, levando muitas vezes à sua exclusão social, económica e política.

A sua ligação à agricultura de subsistência é generalizada, e à medida que surge a degradação física e mental, características da idade, são suscitados sentimentos de inutilidade, peso para a sociedade e fraca auto-estima.

O projeto teve início em 2011, e apenas atua em algumas freguesias, mas, perante esta realidade que assola todo concelho, a expectativa será a expansão da sua atuação pelas áreas com necessidade de apoio³².

4.3.2 Vertente Segurança

Relativamente aos questionários aplicados à SPC de Almodôvar (guião **anexo D**) e Odemira (guião **anexo E**), as respostas não diferem muito, tendo em conta que as funções exercidas são as mesmas, mas em realidades distintas.

Em ambos os casos as SPC são compostas por três elementos e têm como principais funções o patrulhamento preventivo, funcionando como um elo de ligação entre a GNR e toda a comunidade através do policiamento de proximidade. Baseia-se, portanto, num modelo de atuação pró-ativo que se dedica, essencialmente, em potenciar o sentimento de segurança, desenvolvendo, para isso, vários Programas Especiais, transversais a toda a sociedade e a todas as faixas etárias.

Até aos dias que correm a SPC sofreu um processo, em termos de funções ou mesmo de nomenclatura. O seu início remonta ao ano de 2001, com a criação do “Núcleo Escola Segura”, destinado à população escolar. Dez anos mais tarde, em 2011, passou a denominar-se Secção de Programas Especiais (SPE), subdividindo-se em vários programas, os quais são o “Núcleo Escola Segura”, que já existia, e foram acrescentados os “Idosos em Segurança” e “Comércio Seguro”. Este último tem competências noutros programas, como “Rumo Seguro”, “Abastecimento Seguro”, “Farmácia Segura”, “Transporte Seguro de Tabaco”, “Táxi Seguro”, “SOS Azulejo”, “Igreja Segura”, “Verão Seguro”, deixando em aberto a possibilidade da criação de mais programas dirigidos a atividades específicas. Em 2015 foi acrescentado o “Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência”, que detém relevância semelhante ao programa dedicado aos idosos.

³² In <http://odemiramais.pt/avidavale.aspx> (26-11-2018).

Em 2018 foi alvo de mais uma modificação, na qual começou a verificar-se uma alteração estratégica, cuja preocupação é dar a conhecer às pessoas o lado positivo das forças policiais, promovendo uma aproximação à comunidade. Com esta alteração surge também uma nova designação, a atual SPC, Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário.

Através dos inquéritos por questionário aplicados foi possível apurar que no concelho de Mértola estão referenciados 110 indivíduos, com idade igual ou superior a 65 anos, e no concelho de Odemira 282. Em ambas as realidades estes números revelam uma tendência a diminuir, devido aos falecimentos, considerando a avançada idade dos indivíduos e também à institucionalização de muitos idosos.

Estes indivíduos, nos dois concelhos, estão mais expostos a crimes de burla, furtos, roubos e maus tratos, estes últimos muitas vezes perpetrados por pessoas próximas.

Dedicados especialmente aos idosos existem programas de apoio, por parte da SPC, nomeadamente “Apoio 65 - Idosos em Segurança”, “Censos Sénior”, “Residência Segura”, e “Apoio a Pessoas com Deficiência”. O objetivo inerente a estes programas é, essencialmente, alertar as pessoas mais vulneráveis para as situações de risco a que podem estar sujeitas, assim como transmitir algum conforto e providenciar acompanhamento no que se refere especificamente ao isolamento. Pretende-se, desta forma, ter um maior conhecimento da realidade social, efetuar uma prevenção criminal, sinalizar casos específicos, direcionando-os para as entidades de situação de risco, e também efetuar um combate ao isolamento.

O programa “Apoio 65 - Idosos em Segurança” tem por objetivo central fornecer apoio à população mais desfavorecida ou vulnerável, “principalmente os que vivem mais afastados ou isolados dos centros populacionais mais ativos”. Pretende também garantir a segurança e a tranquilidade aos idosos, e promover e dar a conhecer o trabalho efetuado pela GNR, com a finalidade maior de contribuir para a prevenção de situações de risco. Através do patrulhamento pretende-se estabelecer uma maior relação de confiança entre a GNR e a população, aprofundando o conhecimento mútuo. Este programa providencia ainda um levantamento exaustivo dos idosos que habitam isolados e, posteriormente, a

elaboração de listas de instituições ligadas ao apoio destes indivíduos, de modo a criar parcerias com vista ao melhoramento da sua qualidade de vida.

Para tal, pretende-se reforçar o policiamento dos locais públicos frequentados por idosos, facilitar o contacto entre estes e a GNR, através da criação de uma rede de contactos diretos e imediatos para utilizar em caso de necessidade. Neste âmbito, também se pretende providenciar instalações telefónicas nas habitações das pessoas mais isoladas e vulneráveis. Por fim, tal como anteriormente referido, promover a colaboração com outras entidades que prestam apoio aos idosos³³.

A “Operação censos sénior” teve início em 2011 e consiste num levantamento do número de idosos distribuídos geograficamente por todo o país. Através desta operação é possível aferir com maior precisão as pessoas que vivem isoladas ou em situações de vulnerabilidade, possibilitando à GNR um maior conhecimento destes casos e, por conseguinte, um melhor e mais adequado planeamento da sua atuação.

De acordo com a “Operação Censos Sénior” de 2017 foram sinalizados, ao nível nacional, 28 279 indivíduos que vivem sozinho, 5 124 vivem isolados, e 3 521 vivem sozinhos e isolados.

No distrito de Beja foram sinalizados, no total, 3 846 indivíduos (1 430 do sexo masculino e 2 416 do sexo feminino). Destes, 2 094 vivem sozinhos (522 do sexo masculino e 1 572 do sexo feminino), 777 vivem isolados (427 do sexo masculino e 350 do sexo feminino), e 341 indivíduos vivem sozinhos e isolados (159 do sexo masculino e 182 do sexo feminino). É possível concluir uma tendência geral de indivíduos do sexo feminino sinalizados pela GNR, não só no que respeita ao distrito de Beja como também ao nível nacional³⁴.

O programa “Residência Segura” enquadra-se no âmbito do Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária, e adota procedimentos como a georeferenciação das residências isoladas, com o intuito de facilitar a localização em caso de necessidade, permitindo também direccionar o patrulhamento para estes locais através de GPS. São

³³ In http://www.gnr.pt/ProgEsp_idososSeguranca.aspx (25-11-2018).

³⁴ In <http://www.gnr.pt/comunicado.aspx?linha=4206> (26-11-2018).

também fornecidos folhetos informativos com conselhos preventivos, bem como o contacto telefónico da ‘‘Equipa Residência Segura’’.

Este programa surgiu em 2010, como forma de atuar perante a ocorrência de vários roubos violentos a residências de difícil acesso no concelho de Loulé, no Algarve, o que exponenciou o sentimento de insegurança na população da região³⁵.

A SPC, em Mértola e em Odemira, mantém contacto com os idosos presencialmente através de visitas ao domicílio. Contudo, tendo em conta a dimensão dos concelhos e empenhamento com outras programas, a frequência não é a desejada, recorrendo-se, muitas vezes, ao contacto telefónico ou mesmo a outras entidades que possam providenciar informação acerca de alguns casos. Verifica-se também uma preocupação acrescida com as situações mais vulneráveis, assegurando-lhes um maior acompanhamento.

Também se apurou uma parceria entre a GNR e a ‘‘Rádio Fóia’’, que pressupõe uma campanha na qual são divulgadas várias medidas de segurança, especificamente direccionadas para pessoas que habitem em locais mais isolados. Esta rádio está sediada em Monchique, mas com uma abrangência significativa pelas regiões do Algarve e Alentejo, direccionando-se para a população mais idosa.

Com os esforços da SPC, no sentido de alertar e incutir comportamentos mais preventivos nos idosos que habitam isolados, assiste-se a uma mudança de mentalidade, de um modo geral. Porém, mesmo estando conscientes dos perigos, alguns dos visados, pouco tempo depois da visita da SPC, deixam entrar desconhecidos nas suas casas. É preciso também ter em mente a dificuldade em mudar hábitos e mentalidades nesta faixa etária mas, apesar disso, verifica-se uma evolução positiva relativamente aos cuidados a ter, o que contribui também para o aumento do sentimento de segurança.

Por fim, através dos resultados obtidos através do questionário aplicado ao NIAVE de Beja (guião anexo F), concluímos que este tem como principal função, no decorrer do processo, a resolução do inquérito, a descoberta da verdade, contribuindo para a justiça.

Este estabelece uma relação direta com as autoridades judiciais, no âmbito da investigação criminal em crimes de natureza mais específica, que envolvem vítimas

³⁵ In http://www.gnr.pt/ProgEsp_projResidenciaSegura.aspx (26-11-2018).

específicas, nas quais se enquadram os idosos³⁶. Entre os anos de 2013 e 2017, nos concelhos de Mértola e Odemira, verifica-se uma oscilação no que se refere ao número destas vítimas envolvidas, não sendo observável nenhuma tendência no decorrer dos anos, sendo em que em Mértola o período no qual se registaram mais vítimas com as características dos indivíduos em estudo foi em 2014 e 2017, com duas vítimas. E em Odemira foi em 2013, com seis vítimas. O concelho de Odemira apresenta um número superior em comparação com Mértola, mas também deve ser tido em conta o fator população, que é mais numerosa em Odemira.

Com base nos registos supra mencionados, verifica-se que foram vítimas sobretudo de crimes de violência doméstica contra idosos, e violência doméstica com conjugalidade presente.

No decorrer do processo, se necessário, é providenciado apoio às vítimas no âmbito da segurança, bem-estar e saúde. Existem Gabinetes de Apoio à Vítima nas respetivas regiões, em Odemira o GAVA, Gabinete de Apoio à Vítima e Agressor e, em Beja, o NAV, Núcleo de Atendimento à Vítima.

Relativamente ao NIAVE, existe uma formação específica de agentes para integrar o Núcleo. Após provas especiais dá-se o ingresso no CIAVE, Curso de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas, no âmbito da formação interna da instituição. Neste curso existe uma preparação para a resolução do inquérito com vítimas específicas, e os cuidados acrescidos no que concerne à recolha de prova, no âmbito da investigação criminal. Por fim, uma sensibilização e preparação adequada para estabelecer um relacionamento com as vítimas³⁷. Também estas, de acordo com o seu estatuto, têm direitos específicos³⁸.

³⁶ Lei nº 130/2015, 4 de setembro - art. 3º, nº1, *al. b)* - Estatuto da Vítima.

³⁷ Lei nº 130/2015, 4 de setembro - art. 28º - Estatuto da Vítima.

³⁸ Lei nº 130/2015, 4 de setembro - art. 21º - Estatuto da Vítima.

4.4 Análise Global

Após a análise detalhada de todos os questionários importa cruzar as informações obtidas, de modo a apurar os resultados, com recurso a comparações entre as duas realidades em estudo, bem como as áreas, social e segurança, introduzindo também as informações recolhidas na pesquisa de campo.

Entre os dois concelhos observa-se uma grande diferença no número de idosos que habita em situação de isolamento. De acordo com dados recolhidos na área da segurança, em Mértola registam-se 110 e em Odemira 282. Importa, contudo, reter que o concelho de Odemira tem atualmente o quádruplo da população de Mértola (**tabela 12**). Ao nível da pós vitimação também assistimos a uma diferença, sendo que em Mértola, no período entre 2013 e 2017, atingiu o seu máximo nos anos de 2014 e 2017, com duas vítimas específicas e, em Odemira, no mesmo período temporal, atingiu o máximo em 2013 com seis vítimas, e 2015 com cinco.

Relativamente à vertente social, no concelho de Mértola a SCM tem a seu cargo 139 utentes que se enquadram nas características em estudo, e o projeto “Avidavale”, em Odemira, 380 indivíduos sinalizados. Estas entidades não cobrem a totalidade dos casos de isolamento de idosos existentes nos concelhos por inteiro, uma vez que a par da SCM de Mértola há outras instituições que fornecem os mesmos serviços na mesma área geográfica e, em Odemira o projeto “Avidavale” apenas tem capacidade para cobrir quatro freguesias do interior, apesar de existir a intenção de expansão. Contudo, podem ser considerados como amostras representativas para a presente investigação.

Perante os resultados apresentados é-nos possível concluir que a realidade do isolamento no concelho de Odemira é mais frequente quando comparada com Mértola, porém, tal como acima referido, a população é significativamente mais numerosa e, em termos de dimensão geográfica o concelho é mais extenso. Também as habitações são mais dispersas em Odemira, ao contrário do concelho de Mértola, no qual essa dispersão habitacional não é tão significativa. Importa referir que estas últimas, as aldeias, apesar de se enquadrarem na categoria de aglomerado populacional, apresentam atualmente uma

tendência favorável à desertificação, sendo a sua constituição demográfica significativamente envelhecida.

Contemplando a informação originada pelos questionários e a pesquisa de campo podemos afirmar que existe, de facto, uma diferença no que se refere à perceção dos riscos e, por conseguinte, da atitude assumida entre os habitantes dos dois concelhos.

No concelho de Mértola observa-se uma consciência dos perigos que o isolamento pode atrair, também fruto do trabalho da GNR, que divulga informação no sentido de implementar medidas preventivas nos idosos especialmente vulneráveis. Apesar de aceitarem estas informação, não a aplicam no seu quotidiano, uma vez que não existe um motivo concreto que justifique esta prática, assim como refere um inquirido especialista da área social de Mértola ‘‘sempre assim viveram, ouvem falar, mas não pensam que lhes vá acontecer’’. De um modo geral, continuam a ser recetivos a desconhecidos, convidando-os a entrar em suas casas sem questionar a sua identificação. Esta abertura poderá estar relacionada com o facto de os seus maiores medos serem a solidão e os problemas de saúde, que se sobrepõem ao medo do perigo em que incorrem, que são designadamente burlas, furtos, roubos e maus-tratos. Apenas revelam algum sentimento de insegurança quando alguém próximo é vitimado.

Relativamente ao papel da GNR, de um modo geral, a sua presença, ainda que não seja direccionada ao domicílio, transmite tranquilidade e sentimento de segurança, bem como as instituições que se deslocam com frequência às suas casas.

No concelho existe uma ‘‘Rede Social de Mértola’’ na qual são privilegiadas parcerias diretas, nomeadamente entre entidades sociais e a GNR que poderão ter uma intervenção conjunta, se necessário.

No concelho de Odemira a realidade difere substancialmente. Idosos a habitar em locais completamente isolados é uma realidade mais frequente, assim como a consciência da exposição a riscos e perigos também é maior. Por esta razão, o sentimento de insegurança é elevado, assim como a prática de atos preventivos.

Os riscos a que mais estão expostos, de acordo com os inquiridos da área social e de segurança, são os crimes de burla, furto, roubo e maus tratos. Este último muitas vezes praticado por pessoas próximas da vítima.

Em relação à GNR, a confiança não é total, nuns casos porque quando precisaram não obtiveram ajuda, noutros porque têm a consciência que se algum dia for preciso, mesmo após dar o alerta para a GNR, o tempo que demoram a chegar não é impeditivo para que o crime não seja perpetrado. O trabalho da GNR não era muito bem visto por alguns derivado ao regime Salazarista, mas com o programa ‘‘Idosos em Segurança’’ esta visão tem-se vindo a alterar. Também estas ações da GNR deram alguma confiança e preparação aos idosos para se defenderem, se estiverem diante de uma situação de perigo, assim como para as prevenir.

De acordo com as informações recolhidas em campo e através dos questionários, o projeto ‘‘Avidavale’’ revela ser importante na manutenção da exclusão social dos idosos, não só providenciado ajuda em áreas específicas, como também na promoção do desenvolvimento de laços afetivos e relações sociais nos encontros quinzenais que organiza, uma vez que ‘‘a existência de relações sociais é benéfica porque contribui para a integração social, ou evita o isolamento’’(Fernandes, 2007, p. 53).

O projeto também está em consonância com o trabalho realizado pela GNR, através de uma parceria que visa alertar e sensibilizar estes indivíduos para os perigos, bem como o acompanhamento da denúncia quando um crime é perpetrado a um idoso. Todo este enquadramento socio-cultural do projeto e a parceria com a GNR, pretendem também incutir um maior sentimento de segurança aos idosos, demonstrando-lhes que não estão sozinhos e existem formas de combater os riscos.

Acerca da segurança é visível, concretamente nos casos de Mértola e Odemira, a preocupação em manter proximidade entre as SPC e os idosos, com o objetivo que estes não se sintam desamparados, no que concerne à segurança, assim como o crescente alerta e a sua formação como forma de identificar e combater os perigos a que estão expostos. O fornecimento dos contactos da GNR aos idosos também se verifica, o que potencia essa proximidade e contacto que, de algum modo, provoca um aumento do seu sentimento de segurança.

Concluimos, então, que existe uma consciência por parte das FS acerca da questão do isolamento nos concelhos de Mértola e Odemira, e como esta realidade assola muitos idosos. Verifica-se uma grande preocupação em aprofundar os conhecimentos neste

âmbito, bem como a criação de mecanismos de combate, considerando a constante construção de programas e a devida adaptação e evolução de outros pré-existentes.

Considerações Finais

Inicialmente o objetivo seria estabelecer uma comparação entre os concelhos de Mértola e Odemira relativamente ao sentimento de insegurança, associado aos crimes relacionados com estupefacientes. Esta ideia surgiu baseada no *Inquérito Nacional à Vitimação*, realizado em 2009, que refere a droga como um dos principais problemas locais. Em Odemira era tido como o terceiro problema e em Mértola o primeiro.

Contudo, após uma verificação empírica, a droga e os problemas que de si advêm são consideradas situações pontuais, não representando qualquer ameaça para a população, pelo menos de um modo generalizado e, por isso, em nada afetam o sentimento de insegurança.

Surgiu, no entanto, enquadrado nas realidades dos dois concelhos em estudo, a questão do isolamento de idosos, e os problemas a si associados, para os quais a consciencialização tem sido crescente. Nesta medida, considerou-se pertinente a análise mais aprofundada desta problemática.

Considerando o envelhecimento das populações dos concelhos de Mértola e Odemira, e tendo a si inerentes uma grande componente rural, estão reunidas as condições para estudar o sentimento de (in)segurança destas pessoas, assim como a forma como as instituições e as FS se envolvem para fazer face a esta realidade.

Após a análise da investigação e dos resultados daí provenientes, compete-nos agora responder à pergunta de partida, verificando também os objetivos inicialmente estipulados.

Constata-se, em primeira instância, o cumprimento dos objetivos propostos na realização da vertente empírica. Aquando da sua execução verifica-se um sentimento de insegurança mais elevado na população idosa isolado do concelho de Odemira, observado-se o oposto no concelho de Mértola. Através da análise da vertente social

denota-se a existência de um contacto frequente entre as entidades responsáveis e os idosos que habitam isolados.

No concelho de Mértola este contacto implica cuidados específicos, como a saúde, alimentação, higiene, limpeza, o ‘‘cartão social’’, entre outros, estabelecendo-se relações de proximidade durante a sua execução. Com uma forma de atuação diferente, no concelho de Odemira vigora um projeto que se dirige diretamente para as necessidades sociais destes indivíduos, como forma de colmatar a solidão e o isolamento, através da organização de eventos com frequência quinzenal.

Acerca da vertente da segurança, a questão do isolamento em idosos tem sido uma preocupação cada vez maior dos Destacamentos da GNR, responsáveis pelo policiamento dos concelhos referidos. Como tal, têm surgido programas nos últimos anos, que vão sendo melhorados de acordo com as necessidades. Estes programas têm, de facto, sido responsáveis pela aproximação entre a GNR e a população, o que se tem revelado fundamental na construção do seu sentimento de segurança. ‘‘Através da adoção das boas práticas inerentes ao policiamento comunitário, a GNR tem procurado desenvolver estratégias de aproximação às populações dedicando, em exclusivo, meios humanos, com formação específica, a este modelo de policiamento’’³⁹.

Respondendo à questão de partida: *De que forma a ruralidade e o isolamento das populações contribui para o seu sentimento de (in)segurança?*, podemos afirmar que a ruralidade e o isolamento em si não são um motivo unânime para que exista sentimento de insegurança. A sua construção implica um contexto específico e, através dos casos apresentados, podemos afirmar que existem diferenças significativas entre as áreas de Mértola e Odemira.

Em ambos os concelhos existe um grande conhecimento dos riscos que o isolamento acarreta, contudo, em Mértola não parece haver uma influência direta entre esta consciência e o sentimento de insegurança, culminando numa atitude pouco preventiva e cuidadosa. Por outro lado, em Odemira verifica-se o contrário. As medidas preventivas adotadas são frequentes, decorrentes do medo que as pessoas têm, pelo facto de se encontrarem isoladas e mais desprotegidas.

³⁹ In http://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx (29-11-2018).

Também a visão acerca da GNR difere um pouco. No concelho de Mértola há uma confiança maior. A sua presença transmite tranquilidade e segurança na população isolada. No concelho de Odemira esta confiança não é uniforme. As pessoas sentem-se mais seguras com a sua presença, mas temem que quando for necessário a GNR não chegue a tempo de evitar o crime de que possam ser alvo.

A presente investigação tem a si latente algumas limitações, nomeadamente a amostra, quer ao nível da pesquisa de campo, quer ao nível dos questionários. Na pesquisa de campo, na totalidade dos dois concelhos, foram abordados dez idosos. Considerando o universo da população idosa que habita nestas condições, a definição de uma amostragem representativa pressupõem algumas dificuldades, bem como a forma de chegar até estas pessoas. Como forma de ultrapassar este último obstáculo, surgiu a necessidade de contactar entidades que interajam direta e frequentemente com estes indivíduos, não apenas para se estabelecer uma ligação entre os idosos e o investigador, mas também para enriquecer o estudo com informações privilegiadas, que apenas estes especialistas poderiam conceder.

Contudo, surge-nos uma segunda limitação, que se prende com a impossibilidade de extrapolar esta realidade à totalidade de cada concelho, na medida em que a SCM de Mértola não é a única entidade a relacionar-se com os idosos no concelho, havendo instituições com papéis semelhantes ao seu, e o projeto ‘‘Avidavale’’ em Odemira também se dirigir, para já, a apenas quatro freguesias do interior do concelho, num universo de treze.

Importa, assim, constatar a importância e pertinência desta investigação tendo em conta que Portugal é um país envelhecido e, para já, não haver previsões para que este panorama se altere. O isolamento, a exclusão social e geográfica, e a exposição à insegurança continuam a ser a realidade de muitos idosos. Por estas razões se deve atribuir maior importância e começar a observar mais aprofundadamente esta realidade, com o intuito de tentar encontrar soluções capazes de melhorar a qualidade de vida destes indivíduos.

Na vertente da segurança existe, de facto, uma preocupação por parte das FS locais em criar programas e melhorar outros já existentes. Observa-se também a intenção

constante de criar bases de dados que facilitem o conhecimento acerca da população, permitindo uma maior eficácia na planificação da sua ação, de modo a garantir a segurança dos cidadãos, que é afinal um pilar da sociedade atual e um direito fundamental a todos

Na vertente social verifica-se também uma preocupação em dinamizar a população idosa isolada. Contudo, e atentando ao esforço geral das instituições estudadas e ao seu valioso contributo, continua a assistir-se a um sentimento de solidão disseminado que, por sua vez, influencia o sentimento de (in)segurança destes indivíduos. Um dos fatores, e talvez o principal, limitativo da ação das instituições que atuam no âmbito social é o financeiro, pelo que se recomenda a liberalização de mais fundos estatais destinados à ação social, com especial incidência nos idosos que, tal como referido anteriormente, representam uma grande percentagem da população portuguesa, reforçando ainda mais esta necessidade.

Relativamente a sugestões de linhas de investigação futuras, considera-se importante o estudo o mais direcionado possível a populações específicas, como este acerca de Mértola e Odemira. Apesar de Portugal ser um país pequeno, em termos de dimensões, tem em si muitas realidades diferentes, o que não permite a generalização de umas regiões para outras. Através destas investigações direcionadas a determinados locais, apuram-se mais facilmente as deficiências a si inerentes, diagnosticando-as e, por conseguinte, criando soluções de modo a colmatá-las. A finalidade seria sempre a de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, de um modo geral, especialmente os que estão mais suscetíveis a perigos e ameaças, como é o caso dos idosos que habitam isolados.

Bibliografia

Almeida, P. P., Cruz, R., Botelho, M. C. (2009), *Inquérito Nacional à Vitimação*, Ministério da Administração Interna, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE-IUL.

Andrade, N. (2011), *100 anos Guarda Nacional Republicana*, 1ª edição, Guerra e Paz Editores, Lisboa.

Assembleia Geral ONU (1948), *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Paris.

Assembleia Geral ONU (1985), *Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder*.

Barbosa, L. (2012), *A solidão dos idosos de Ponte de Lima*, Trabalho para a obtenção do grau de Licenciatura em Enfermagem, Universidade Fernando Pessoa, Ponte de Lima.

Bean, P. (2008), *Drugs and Crime*, 3ª edição, Portland: William Publishing.

Bell, J. (1993), *Como realizar um projeto de investigação*, 3ª edição, Gradiva.

Carmo, R. M. (2009), *A Construção Sociológica do Espaço Rural: da oposição à apropriação*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 252-280.

Carvalho, A. C. (2015), *A Segurança Urbana e o Desenho do Espaço Público: Contributos para a Prevenção do Crime e de Incivilidades*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, Portugal.

Correia, A. P., Correia, N., Luís, D. S. (2017), *Odemira Integra, Plano Municipal para a integração de imigrantes*, Município de Odemira.

Cotta, F. A. (2005), *A Crise da modernidade e a insegurança social*, Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Revista de Humanidades.

Crawford, A. (1998), *Crime Prevention & Community Safety: Politics, Policies & Practices*, Longman Criminology.

Cruz, M. J. N. (2015), *Guardar Portugal. Qual o papel da GNR*, 1ª edição, Coleção Portugal + Seguro, editora bnomics.

Dantas, G.F.L; Persijn, A & Silva Júnior, A.P. (2006), *O medo do crime*, Observatório de segurança, pp. 11 - 49.

Elias, L. (2018), *Ciências Policiais e Segurança Interna: desafios e prospetiva*, Lisboa: ICPOL-ISCPSI.

Fernandes, H. (2007), *Solidão em Idosos do Meio Rural do Concelho de Bragança*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Psicologia com especialização em Psicologia do Idoso, Faculdade de Psicologia e Ciências na Educação, Universidade do Porto.

Fernandes, L., e Rêgo, X. (2011), *Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade*, Etnográfica, Fevereiro, 15(1): pp. 167 - 181.

Freitas, W., Jabbour, C. (2011), *Utilizando Estudo de Caso(s) como Estratégia de Pesquisa Qualitativa: Boas práticas e Sugestões*, ESTUDO & DEBATE, Lajeado, vol 18, n. 2, p. 07-22.

Frias, G. (2004), *A construção Social do Sentimento de Insegurança em Portugal na Actualidade*, VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra.

Guedes, I. (2012). *Sentimento de Insegurança, personalidade e emoções disposicionais: que relações?*, Mestrado em Criminologia. Faculdade de Direito, Universidade do Porto.

Góis, J. (2011), *Modelos de organização policial: o sistema português - realidades e perspectivas*, Trabalho de Projeto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.

Henriques, H. (2014), *Os Laços da Idade – Envelhecimento e ocupação do tempo em Celorico de Basto*, Dissertação de Mestrado Mestrado em Sociologia, área de especialização em Desenvolvimento e Políticas Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

Hill, M. M., Hill, A. (1998), *A Construção de um Questionário*. Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica, Fundação para a Ciências e Tecnologia.

Leal, J. M. P. (2010), *O Sentimento de Insegurança na Discursividade sobre o Crime*, Revista Sociologias, Porto Alegre, pp. 394-427.

Lopes, J. (2014), *Insegurança e Criminalidade no Meio Rural - o caso dos sítios Contento e Pedra do Boi, Araçagi/PB*, Monografia da Licenciatura Plena em Geografia, Universidade Estadual da Paraíba, Brasil.

Lourenço, N., Lisboa, M. (1992), *Representações da Violência*, Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais, Cadernos do CEJ, Ministério da Justiça.

Lourenço, N. (2009), *Segurança, Sentimento de Insegurança e Estado de Direito. O Espectro axial da relação Direitos, Liberdades e Garantias e Poderes do Estado*. In *Liberdade e Segurança*, Lisboa, Ministério da Administração Interna.

Lourenço, N. (2010), *Custos Social e Económico do Crime. Introdução à Análise dos Impactes do Crime nas vítimas e na Sociedade*, Revista da Guarda Nacional Republicana, Out. – Dez.

Lourenço, N., Lisboa, M., Leote, M. J., Frias, G. (2016), *Sociedade e Violências. Dinâmicas Sociais e representações da Violência: Análise comparativa a partir dos inquéritos às representações sociais da violência de 1990 e 1995, em Portugal*, Coleção Estudos Sociológicos, Edições Colibri, Lisboa.

Machado, P. (2006), *Insegurança Urbana: Questões de proximidade e distanciamento ao problema social*, Encontro Cidade para o cidadão, O planeamento de pormenor em questão - Textos de opinião, 9, Ordem dos Arquitetos.

MAI - Ministério Administração Interna (2017), *Relatório Anual Segurança Interna*, Lisboa.

Marcel, F., Moser, C. (2004), *Crime, Isolation, and Law Enforcement*. Research Paper, UNU-WIDER, United Nations University (UNU), No. 2004/05, UNU-WIDER, Helsínquia.

Marques da Silva, G. (1993), *A Polícia e o Direito Penal*, in *Polícia Portuguesa*, Ano LVI, n.º 82, Julho/Agosto.

Martins, F. M. D. (2011), *Os Contratos Locais de Segurança: A melhor solução para o modelo de policiamento português? Estudo exploratório na Freguesia da Apelação*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Matias, M., Fernandes, L. (2009), *Desarrumar o medo... O arrumador de carros como figurado medo da cidade*, *Revista toxicodependências*, vol.15 (3), 9-22. Edição IDT.

Meirinhos, N.(2016), *Perspetiva de militares da Guarda Nacional Republicana sobre a violência doméstica: Núcleo de Apoio a Vítimas Específicas*, Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Crimes, Diferença e Desigualdade, Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho.

Miranda,T. (2013), *Actuação policial junto dos idosos Estudo exploratório na área policial de Queluz, Agualva-Cacém e Rio de Mouro*, Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Mythen, G., Walklate, S. (2006), *Communicating the Terrorist Risk: Harnessing a Culture of Fear?*. In Jewkes, Y. (2009), *Crime and Media, Vol. I: Theorizing Crime and Media*, pp. 173-191, SAGE Library of Criminology.

Oliveira, J. F. (2010), *A Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública: à Procura de uma Identidade Organizacional*, Trabalho de Investigação Final em Curso de Defesa Nacional, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa.

Pacheco, E. (2014), *Crime e Insegurança na população jovem e sénior - um estudo exploratório no Concelho de Cabeceiras de Basto*, Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Crime, Diferença e Desigualdade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

Poiares, N. (2005a), "Para lá da farda, da estrela e da arma", *Volume Comemorativo dos 20 anos do ISCP*, pp. 889-914, Coimbra: Almedina.

Poiares, N. (2005b), "Na encruzilhada das competências: autoridade e ordem ou serviço social? Um estudo de caso no Alentejo", *Politeia*, ano II, n.º 1, fascículo III, pp. 61-79, Coimbra: Almedina.

Poiares, N. (2005c), "A profissão polícia: um constructo contínuo da representação social", *Sociologia em Diálogo II*, pp. 73-96, Évora: CISA-AS e U. Évora.

Poiares, N. (2013), *Mudar a Polícia ou mudar os polícias? O papel da PSP na sociedade portuguesa*, Lisboa: bnomics.

Poiares, N. (2015), *Políticas de Segurança e as dimensões simbólicas da lei*, tese de doutoramento em Sociologia Política, Lisboa: ISCTE-IUL.

Poiares, N. (2018), *As profissões (para)jurídicas em Portugal: requisitos, mandatos e convergências*, 2.ª edição, Porto: Fronteira do Caos Editores.

Quivy, R., Campenhoudt, L. V. (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

Santos, M. J. M. (2004), *A introdução da polícia civil em Portugal: entre projectos e realidades, os equívocos de uma política de segurança*, in Pedro Tavares de Almeida e Tiago Pires Marques (coord.), *Lei e Ordem*, Livros Horizonte, 2006, pp. 131- 145.

Seixas, L. F. O. (2013), *Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e Polícia Municipal: Análise Histórica e de Competências*, Dissertação para a obtenção do

grau de Mestre em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa.

Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*, 4ª edição, Coimbra, Almedina.

Vicente, D. (2015), *A GNR e a vítima idosa. A prevenção da violência doméstica*, Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, Lisboa.

Wilson, J. Q., Kelling, G. L., (1982), *Broken Windows*, Atlantic Monthly, pp. 29-38.

Wirth, L. (1938), *O urbanismo como modo de vida*. In: FORTUNA, Carlos (Org), *Cidade, cultura e globalização*, Oeiras: Celta Editora, 1997 [1938]. pp. 46-66.

Webgrafia

- Ministério Público (2018). Ministério Público e o Crime. Consultado em <http://ministerio-publico.pt/ministerio-publico-crime/> (10-11-2018).

- Odemira+(2018). Projeto *Avidavale*. Consultado em: <http://odemiramais.pt/avidavale.aspx> (26-11-2018).

- Câmara Municipal de Odemira (2018). Consultado em: <http://www.cm-odemira.pt/pages/113> (5-04-2018).

- Câmara Municipal de Mértola (2018). Consultado em: <https://www.cm-mertola.pt/> (7-04-2018).

- Câmara Municipal de Mértola (2018). *Viver em Mértola*. Consultado em: <https://www.cm-mertola.pt/viver-em-mertola/destaques> (30-09-2018).

- INE (1994) Conceito densidade populacional. Consultado em: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5008> (30-09-2018).

- INE (2009) Conceito População Residente. Consultado em:
<http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3335> (30-09-2018).
- INE (1994) Conceito de índice de envelhecimento. Consultado em:
<http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/925> (30-09-2018).
- Pordata (2018). Índice de envelhecimento. Mértola e Odemira. 2001; 2011; 2013; 2017.
(consultado em 30-09-2018).
- Pordata (2018). População estrangeira com estatuto legal de residente em % da
população residente: total e por sexo. Mértola e Odemira. 2013 e 2017. (consultado em
1-10-2018).
- Pordata (2018). População residente: total e por grandes grupos etários. Mértola e
Odemira. 2001, 2013, 2017. (consultado em 30-09-2018).
- Pordata (2018). Densidade populacional. Mértola e Odemira. 2001, 2013, 2017.
(consultado em 30-09-2018).
- Pordata (2018). Índice de envelhecimento. (consultado em 30-11-2018).
- Pordata (2018). Esperança média de vida. (consultado em 30-11-2018).
- Pordata (2018). Taxa bruta de natalidade. (consultado em 30-11-2018).
- GNR (2018). *Programa Apoio 65 - Idosos em Segurança*. Consultado em:
http://www.gnr.pt/ProgEsp_idososSeguranca.aspx (25-11-2018).
- GNR (2018). *Operação Censos Sénior*. Consultado em:
<http://www.gnr.pt/comunicado.aspx?linha=4206> (26-11-2018).
- GNR (2018). *Programa Residência Segura*. Consultado em:
http://www.gnr.pt/ProgEsp_projResidenciaSegura.aspx (26-11-2018).
- GNR (2018). *Programas Especiais*. Consultado em:
http://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx (29-11-2018).

- GNR (2018). *História*. Consultado em: <http://www.gnr.pt/historiagnr.aspx> (22-12-2018).

Legislação Consultada

- Constituição da República Portuguesa.
- Aprova a orgânica da PJ - Lei nº 37/2008, de 6 agosto.
- Aprova a orgânica da PSP - Lei nº 53/2007, de 31 agosto.
- Estatuto da Vítima - Lei nº 130/2015, de 4 de setembro.
- Estrutura Orgânica do SEF - Decreto-Lei nº 252/2000, de 16 outubro.
- Lei Orgânica da GNR - Lei nº 63/2007, de 6 de novembro.
- Lei Orgânica 4/2004, de 6 novembro - Altera a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa.
- Lei de Segurança Interna - Lei nº 53/2008, de 29 agosto.
- Reforma do Sistema de Segurança Interna e das Forças de Segurança - Portaria nº 340-A/2007, de 30 de março.
- Regulamento Geral do Serviço da GNR - Despacho nº 10393/2010.

Anexos

Anexo A - Guião e respostas ao inquérito por questionário dirigido à Técnica Superior de Serviço Social do Gabinete de Inserção Social, da Câmara Municipal de Mértola

Inquérito por Questionário

O presente inquérito por questionário enquadra-se numa investigação, no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, em Lisboa, com o tema “*Ruralidade e Sentimento de (In)segurança*”, da autoria de Joana Palma de Oliveira e sob orientação científica do Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares.

Este questionário é dirigido à Técnica Superior de Serviço Social do Gabinete Social de Inserção da Câmara Municipal de Mértola.

Os dados recolhidos serão utilizados apenas para a presente investigação, devendo as respostas do inquirido ser unicamente do ponto de vista do especialista, e contemplando somente o concelho de **Mértola**.

Q1 - A presente investigação incide sobre indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos, que habitam em situação de isolamento (que não se insiram num aglomerado populacional, ou não tenham vizinhos próximos). E, sabendo que existe um acompanhamento da Câmara Municipal de Mértola a estes indivíduos:

Q1.1 - Qual o número exato e características (sexo) das pessoas que se enquadram nas características acima descritas?

R - O nosso acompanhamento baseia-se nos domicílios de cartão social e Unidade Móvel.

Q1.2 - Qual a evolução deste número desde 2013 até à atualidade (por ano e sexo)?

R - (Não se aplica).

Q2 - De que modo a Câmara Municipal providencia apoio a estes indivíduos (em que contexto, frequência,...)?

R - A Unidade móvel, sempre que há campanhas de saúde, vai a todas as localidades.

Q3 - Para além da Câmara Municipal de Mértola, existem projetos ou entidades que providenciam algum apoio a estes indivíduos?

R - (Não se aplica).

Q3.1 - Se sim, quais? E quais as suas funções?

R - (Não se aplica).

Q4 - Partindo do pressuposto que o isolamento é um fator propiciador a atos criminosos, quais considera serem os principais riscos/perigos a que estes indivíduos estão expostos?

R - (Não se aplica).

Q5 - Enquanto profissional que mantém contacto frequente com estes indivíduos, considera haver um consciência do isolamento em que se encontram? E dos perigos que daí poderão surgir?

R - As pessoas não têm muita consciência dos perigos a que estão sujeitos, sempre assim viveram, ouvem falar, mas não pensam que lhes vá acontecer (nos domicílios encontramos sempre portas abertas e sem nos conhecerem convidam-nos a entrar).

Q5.1 - Se sim, quais os principais medos/receios/angústias partilhados pelos indivíduos?

R - Solidão.

Q6 - Sabendo da existência de programas de policiamento de proximidade por iniciativa da Guarda Nacional Republicana (GNR), considera o seu papel fundamental na construção do sentimento de (in)segurança desta população? Porquê?

R - É fundamental a informação que estes agentes vão de porta em porta dar a estas pessoas.

Q6.1 - E de que forma o trabalho da GNR é percecionado pelos indivíduos em estudo, de acordo com a sua experiência?

R - As pessoas ouvem, mas nem sempre cumprem, pois acham sempre que não lhes vai acontecer a eles.

Q6.2 - Existe alguma parceria direta entre a Câmara Municipal de Mértola e a GNR com a finalidade de garantir a segurança deste indivíduos? Se sim, qual?

R - (Não se aplica).

Q7 - Quantos indivíduos foram sinalizados (com necessidade de apoio/proteção) desde 2013 até à atualidade (por ano e sexo)?

R - (Não se aplica).

Q8 - Quantos indivíduos foram vitimizados (alvo de crimes) desde 2013 até à atualidade (por ano e sexo)?

R - (Não se aplica).

Q9 - Quando um ato criminoso é consumado e vitimiza um destes indivíduos, qual o papel que a Câmara Municipal de Mértola assume, e como se desenvolve?

R - (Não se aplica).

Obrigada pela colaboração!

(Recebido a 5 de Novembro de 2018)

Anexo B - Guião e respostas ao inquérito por questionário dirigido à Diretora do Apoio Domiciliário da SCM de Mértola.

Inquérito por Questionário

O presente inquérito por questionário enquadra-se numa investigação, no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, em Lisboa, com o tema “*Ruralidade e Sentimento de (In)segurança*”, da autoria de Joana Palma de Oliveira e sob orientação científica do Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares.

Este questionário é dirigido à Diretora do Apoio Domiciliário da SCM de Mértola. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para a presente investigação, devendo as respostas do inquirido ser unicamente do ponto de vista do especialista, e contemplando somente o concelho de **Mértola**.

Q1 - A presente investigação incide sobre indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos, que habitam em situação de isolamento (que não se insiram num aglomerado populacional, ou não tenham vizinhos próximos). E, sabendo que existe um acompanhamento da Santa Casa da Misericórdia de Mértola a estes indivíduos:

Q1.1 - Qual o número exato e características (sexo) das pessoas que se enquadram nas características acima descritas, que usufruem dos serviços de apoio ao domicílio?

R - 139 utentes – 60 masculino e 79 feminino.

Q1.2 - Qual a evolução deste número desde 2013 até à atualidade (por ano e sexo)?

R - Constatamos uma redução, que acompanha a redução da população de Mértola. (em 2011 tínhamos 7.274 enquanto que em 2016 tínhamos 6.479, sendo que continua a reduzir)

Ano	Nº utentes	Masculino	Feminino
2013	202	97	105
2014	188	89	99
2015	168	80	88
2016	154	70	84
2017	145	61	84
2018	139	60	79

Q2 - De que modo a SCMM providencia apoio a estes indivíduos (em que contexto, frequência,...)?

R - O Serviço de Apoio Domiciliário fornece os serviços de:

Alimentação diária – Pequeno almoço, almoço e jantar;

Higiene habitacional – diária e/ou semanal;

Tratamento da roupa – semanal;

Higiene pessoal – diária ou com periodicidade a acordar com o utente;

Acompanhamento aos serviços, quer sejam de saúde para consultas e exames, quer sejam sociais como a vinda às compras ou ao cabeleireiro, ou cívicos, como vinda aos serviços de finanças, banco, etc;

Atividades de animação, com periodicidade definida em plano de atividades;

Acompanhamento de enfermagem, para análise da situação de saúde dos utentes, encaminhamento, organização da toma da medicação, exercícios de reabilitação pois a enfermeira é especialista em reabilitação, etc.

Os utentes recebem visitas diárias, por vezes de mais que um profissional e mais que uma vez por dia.

Q3 - Para além da SCMM, existem projetos ou entidades que providenciam algum apoio a estes indivíduos?

R - Sim.

Q3.1 - Se sim, quais? E quais as suas funções?

R - No concelho existem mais duas instituições que realizam apoio ao domicílio, o Centro de Apoio a Idosos de Moreanes e o Centro Social de Montes Altos.

Q4 - Partindo do pressuposto que o isolamento é um fator propiciador a atos criminosos, quais considera serem os principais riscos/perigos a que estes indivíduos estão expostos?

R - Na área da segurança, verificamos que os utentes não estão muito alerta para o facto das visitas poderem ser alguém com intenções de atentar contra o seu bem estar.

Recebem bem e convidam para entrar na sua casa com muita facilidade e mesmo sem saber quem é a pessoa e o que pretende.

Q5 - Enquanto profissional que mantém contacto frequente com estes indivíduos, considera haver um consciência do isolamento em que se encontram? E dos perigos que daí poderão surgir?

R - Os utentes têm noção de que estão sozinhos em muitas situações mas não pensam no perigo que pode advir. Somente se lembram disso quando alguém da localidade ou localidade próxima é vítima de violência /assalto e eles têm conhecimento disso, mas como são situações que não acontecem com muita frequência não se lembram que pode ser perigoso algumas atitudes que têm.

Q5.1 - Se sim, quais os principais medos/receios/angústias partilhados pelos indivíduos?

R - O receio maior é terem algum problema de saúde que exija mais apoio e eles não terem quem cuide deles.

Q6 - Sabendo da existência de programas de policiamento de proximidade por iniciativa da Guarda Nacional Republicana (GNR), considera o seu papel fundamental na construção do sentimento de (in)segurança desta população? Porquê?

R - A imagem do profissional da GNR transmite logo um sentimento de segurança, saber que estão por perto dá-lhes tranquilidade.

Q7 - E de que forma o trabalho da GNR é percecionado pelos indivíduos em estudo, de acordo com a sua experiência?

R - Alguém que representa a autoridade e afasta as pessoas mal intencionadas.

Q8 - Existe alguma parceria direta entre a SCMM e a GNR com a finalidade de garantir a segurança deste indivíduos? Se sim, qual?

R - Sim, a GNR e a SCMM fazem parte da rede social . A Rede Social de Mértola tem criado um grupo de trabalho que analisa e tenta resolver situações que possam ocorrer com idosos e pessoas dependentes, sempre que ocorrem estas situações e que exigem a intervenção do Núcleo da GNR destacado para essa área, o mesmo é contactado e intervêm conjuntamente.

Obrigada pela colaboração!

(Recebido a 9 de Novembro de 2018)

Anexo C - Guião e respostas ao inquérito por questionário dirigido ao Psicólogo do Projeto *Avidavale*, de Odemira.

Inquérito por Questionário

O presente inquérito por questionário enquadra-se numa investigação, no âmbito de uma tese de Mestrado em Ciências Policiais, área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, em Lisboa, com o tema “*Ruralidade e Sentimento de (In)segurança*”, da autoria de Joana Palma de Oliveira e sob orientação científica do Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães.

Este questionário é dirigido ao Psicólogo, elemento integrante do Projeto *Avidavale*, promovido pela Associação *OdemiraMais*.

Os dados recolhidos serão utilizados apenas para a presente investigação, devendo as respostas do inquirido ser unicamente do ponto de vista do especialista, e contemplando somente o concelho de **Odemira**.

Q1 - A presente investigação incide sobre indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos, que habitam em situação de isolamento (que não se insiram num aglomerado populacional, ou não tenham vizinhos próximos). E, sabendo que o projeto *Avidavale* é dirigido para estes indivíduos:

Q1.1 - Qual o número exato e características (sexo) das pessoas que se enquadram nas características acima descritas?

R - Nas 4 freguesias do interior do concelho (Sabóia; Luzianes; Santa Clara e São Martinho das Amoreiras) temos 380 idosos referenciados.

Q1.2 - Qual a evolução deste número desde 2013 até à atualidade (por ano e sexo)?

R - Infelizmente este levantamento data de 2015, não fazemos um censo anual (não se aplica).

Q2 - Tendo em conta que a motivação para o início deste projeto foi a elevada taxa de suicídio, considera que tem havido uma redução deste indicador por ação do projeto Avidavale? Se sim, em que medida?

R - A taxa de suicídio tem vindo a descer nestes últimos anos. O Projeto atua em concordância com as principais recomendações de prevenção do plano nacional de prevenção do suicídio 2013-2017. Apesar de não poder afirmar que o projeto tem um impacto sobre esta taxa, tenho a convicção disso.

Q3 - Partindo do pressuposto que o isolamento é um fator propiciador a atos criminosos, quais considera serem os principais riscos/perigos a que estes indivíduos estão expostos?

R - Roubos e furtos; Burlas.

Q4 - Enquanto profissional que mantém contacto frequente com estes indivíduos, considera haver um consciência do isolamento em que se encontram? E dos perigos que daí poderão surgir?

R - Sim, eles têm uma noção clara disso pelo menos na teoria, as mulheres são mais conscientes e de modo geral os homens pensam que conseguem defender-se.

Q4.1 - Se sim, quais os principais medos/receios/angústias partilhados pelos indivíduos?

R - Principalmente os referidos no número anterior: roubos; furtos; burlas com o receio de serem maltratados e de não poderem chamar os socorros.

Q5 - Sabendo da existência de programas de policiamento de proximidade por iniciativa da Guarda Nacional Republicana (GNR), considera o seu papel fundamental na construção do sentimento de (in)segurança desta população? Porquê?

R - A GNR efetua muito regularmente ações de sensibilização tanto nas aldeias como no nosso centro comunitário. Tinha no início receio que estas criassem um sentimento de insegurança mas geralmente eles saem dessas ações com a sensação de estarem mais preparados.

Q5.1 - E de que forma o trabalho da GNR é percecionado pelos indivíduos em estudo, de acordo com a sua experiência?

R - No início senti que a GNR não estava muito bem vista por alguns, ainda uma lembrança do regime Salazarista, mas pouco a pouco acho que o programa idoso em segurança veio mudar esta visão.

Q5.2 - Existe alguma parceria direta entre o Projeto *Avidavale* e a GNR com a finalidade de garantir a segurança deste indivíduos? Se sim, qual?

R - Sim, a GNR é parceira do Projeto, no início o objetivo era irmos em conjunto aos montes para que as pessoas conhecessem o projeto e os técnicos. Atualmente, é mais através da partilha de informação e das ações de sensibilização.

Q6 - Quantos indivíduos foram sinalizados (com necessidade de apoio/proteção) desde 2013 até à atualidade (por ano e sexo)?

R - Não tenho estes dados (não se aplica).

Q7 - Quantos indivíduos foram vitimizados (alvos de crimes) desde 2013 até à atualidade (por ano e sexo)?

R - Não tenho estes dados (não se aplica).

Q8 - Quando um ato criminoso é consumado e vitimiza um destes indivíduos, qual o papel que o projeto *Avidavale* assume, e como se desenvolve?

R - Efetuamos visitas domiciliárias, trabalhando o sentimento de segurança e agilizamos com os familiares. Muitas vezes, as vítimas deixam a residência pouco depois. Já aconteceu o projeto ser avisado antes da GNR e, neste caso, nós acompanhamos a denúncia.

Obrigada pela colaboração!

(Recebido a 29 de Outubro 2018)

Anexo D - Guião de inquérito por questionário dirigido à SPC do Destacamento Territorial de Almodôvar
--

Inquérito por Questionário

O presente questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado em Ciências Policiais, área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, em Lisboa, com o tema “*Ruralidade e Sentimento de (In)segurança*”, da autoria de Joana Palma de Oliveira e sob orientação científica do Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiars.

Este questionário é dirigido à Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC), do Destacamento de Almodôvar.

Os dados recolhidos serão utilizados apenas para a presente investigação, devendo as respostas dos inquiridos ser respondidas do ponto de vista do especialista, e contemplando somente o concelho de **Mértola**.

Este questionário é submetido com autorização prévia do Comando da Doutrina e Formação da Guarda Nacional Republicana.

Q1 - Por quantos elementos é composta a atual Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário do Destacamento de Almodôvar?

Q2 - Quais as principais funções da SPC?

Q3 - Em que ano foi criada a SPC, e qual a evolução (nomenclatura, funções e objetivos) até à atualidade?

Q4 - Tendo em conta que a presente investigação tem foco no isolamento e envelhecimento, **quantos indivíduos** com idade igual ou superior a 65 anos, habitam em situação de isolamento (que não se insiram num aglomerado populacional, ou não tenham vizinhos próximos) no concelho de Mértola?

Q4.1 - Qual a evolução desde o início do ano 2013 até à atualidade (por ano)?

Q5 - Tendo em conta que estes indivíduos possam ser vítimas vulneráveis, quais os principais crimes a que se encontram mais expostos?

Q6 - Desde 2013 até atualmente, quantos indivíduos com as características previamente descritas foram vítimas de crimes (por ano)?

Q7 - Quais os principais programas que a SPC de Almodôvar tem que se dedicam a estes indivíduos, e quais os seus objetivos?

Q8 - Para além dos Programas vigentes, há previsão de novos Programas para os próximos anos? *Se sim*, quais?

Q9 - A SPC mantém contacto com estes indivíduos? *Se sim*, de que forma e com que frequência?

Q10 - Desde que a SPC iniciou as suas funções até atualmente, considera haver uma mudança na mentalidade dos idosos que habitam isolados, nomeadamente no que se refere a serem mais preventivos e cuidadosos a potenciais ameaças?

Obrigada pela colaboração!

Anexo E - Guião de inquérito por questionário dirigido à SPC do Destacamento Territorial de Odemira
--

Inquérito por Questionário

O presente questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado em Ciências Policiais, área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, em Lisboa, com o tema “*Ruralidade e Sentimento de (In)segurança*”, da autoria de Joana Palma de Oliveira e sob orientação científica do Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães.

Este questionário é dirigido à Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC), do Destacamento de Almodôvar.

Os dados recolhidos serão utilizados apenas para a presente investigação, devendo as respostas dos inquiridos ser respondidas do ponto de vista do especialista, e contemplando somente o concelho de **Odemira**.

Este questionário é submetido com autorização prévia do Comando da Doutrina e Formação da Guarda Nacional Republicana.

Q1 - Por quantos elementos é composta a atual Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário do Destacamento de Odemira?

Q2 - Quais as principais funções da SPC?

Q3 - Em que ano foi criada a SPC, e qual a evolução (nomenclatura, funções e objetivos) até à atualidade?

Q4 - Tendo em conta que a presente investigação tem foco no isolamento e envelhecimento, **quantos indivíduos** com idade igual ou superior a 65 anos, habitam em situação de isolamento (que não se insiram num aglomerado populacional, ou não tenham vizinhos próximos) no concelho de Odemira?

Q4.1 - Qual a evolução desde o início do ano 2013 até à atualidade (por ano)?

Q5 - Tendo em conta que estes indivíduos possam ser vítimas vulneráveis, quais os principais crimes a que se encontram mais expostos?

Q6 - Desde 2013 até atualmente, quantos indivíduos com as características previamente descritas foram vítimas de crimes?

Q7 - Quais os principais programas que a SPC de Odemira tem que se dedicam a estes indivíduos, e quais os seus objetivos?

Q8 - Para além dos Programas vigentes, há previsão de novos Programas para os próximos anos? *Se sim*, quais?

Q9 - A SPC mantém contacto com estes indivíduos? *Se sim*, de que forma e com que frequência?

Q10 - Desde que a SPC iniciou as suas funções até atualmente, considera haver uma mudança na mentalidade dos idosos que habitam isolados, nomeadamente no que se refere a serem mais preventivos e cuidadosos a potenciais ameaças?

Obrigada pela colaboração!

Anexo F - Guião de inquérito por questionário dirigido ao NIAVE do Comando Territorial de Beja

Inquérito por Questionário

O presente questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado em Ciências Policiais, área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, em Lisboa, com o tema “*Ruralidade e Sentimento de (In)segurança*”, da autoria de Joana Palma de Oliveira e sob orientação científica do Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães.

Este questionário é dirigido ao Núcleo de Investigação e Apoio à Vítima Específica (NIAVE) de Beja.

Os dados recolhidos serão utilizados apenas para a presente investigação, devendo as respostas dos inquiridos ser respondidas do ponto de vista do especialista, e tendo em conta somente os concelhos de **Mértola e Odemira**.

Este questionário é submetido com autorização prévia do Comando da Doutrina e Formação da Guarda Nacional Republicana.

Q1 - A presente investigação **incide sobre indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos, que habitam em situação de isolamento** (que não se insiram num aglomerado populacional, ou não tenham vizinhos próximos). E, sabendo que o NIAVE intervém após a vitimização, de que modo se inicia esta intervenção?

Q1.1 - Qual a relação que o NIAVE estabelece com o Ministério Público e Tribunais?

Q1.2 - Qual a principal função que o NIAVE tem neste processo?

Q2 - Desde 2013 até atualmente, quantos casos surgiram, enquadrando-se as vítimas nas características anteriormente descritas, nos concelhos de Mértola e de Odemira (por ano)?

Q2.1 - *Se aplicável*, quais os crimes de que foram vítimas?

Q2.2 - De acordo com os dados disponíveis (desde 2013), quantos processos culminam numa pena para o sujeito ativo do crime? E quantos culminam sem pena ou com arquivamento do processo?

Q3 - Durante o processo é providenciado algum tipo de ajuda às vítimas, no âmbito da segurança, saúde, bem-estar (físico e psicológico), ...? *Se sim*, especifique.

Q4 - Aquando do término do processo, existe algum programa dedicado à pós vitimização, que sinalize ou garanta um tratamento específico a estes indivíduos? *Se sim*, qual(is)?

Q5 - Existe alguma formação específica de agentes para integrar o NIAVE? *Se sim*, qual?

Q6 - *Se aplicável*, quais as especificidades deste curso na preparação para o contacto com a vítima específica?

Obrigada pela colaboração!

Tabelas

Anos	Rácio - %
	Índice de envelhecimento
1960	27,3
1970	34,0
1981	44,9
1991	68,1
2001	102,2
2011	127,8

Tabela 1 - Índice de envelhecimento nacional. **Fonte:** PORDATA

Anos	Ano (idade) - Média		
	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
1960	x	60,7	66,4
1970	67,1	64,0	70,3
1980	71,1	67,8	74,8
1990	74,1	70,6	77,5
2000	76,4	72,9	79,9
2010	79,6	76,5	82,4
2016	80,8	77,7	83,4

Tabela 2 - Esperança média de vida nacional. **Fonte:** PORDATA

Anos	Taxa - ‰
	Taxa bruta de natalidade
1960	24,1
1970	20,8
1980	16,2
1990	11,7
2000	11,7
2010	9,6
2017	8,4

Tabela 3 - Taxa bruta de natalidade nacional. **Fonte:** PORDATA

Territórios	Grandes grupos etários			
	Total	0-14	15-64	65+
Anos	2001	2001	2001	2001
Mértola	8.669	991	4.865	2.814
Odemira	26.110	3.394	16.154	6.562

Tabela 4 - População residente: total e por grandes grupos etários 2001. **Fonte:** PORDATA

Territórios	Grandes grupos etários			
	Total	0-14	15-64	65+
Anos	2013	2013	2013	2013
Mértola	6.909	643	3.902	2.364
Odemira	25.770	3.117	15.812	6.841

Tabela 5 - População residente: total e por grandes grupos etários 2013. **Fonte:** PORDATA

Territórios	Grandes grupos etários			
	Total	0-14	15-64	65+
Anos	2017	2017	2017	2017
Mértola	6.372	598	3.522	2.253
Odemira	24.829	2.859	15.180	6.791

Tabela 6 - População residente: total e por grandes grupos etários 2017. **Fonte:** PORDATA

Territórios	N.º médio de indivíduos por Km²		
	2001	2013	2017
Odemira	15,2	15,0	14,4
Mértola	6,7	5,3	4,9

Tabela 7 - Densidade populacional. **Fonte:** PORDATA

Territórios	Índice de envelhecimento		
	2001	2013	2017
Odemira	193,3	219,5	237,5
Mértola	283,9	367,7	377,0

Tabela 8 - Índice de envelhecimento. **Fonte:** PORDATA

Territórios	Proporção - %					
	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2013	2017	2013	2017	2013	2017
Odemira	12,4	19,8	13,6	22,7	11,2	16,9
Mértola	1,6	1,8	1,6	1,9	1,7	1,8

Tabela 9 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente: total e por sexo. **Fonte:** PORDATA

Ruralidade e Sentimento de (In)segurança: os casos de Mértola e Odemira

		Crimes				
		Tipo de crime				
 Territórios		Total	Contra as pessoas	Contra o património	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado
Anos		2001	2001	2001	2001	2001
Mértola		166	28	28	88	3
Odemira		534	114	211	144	14

Tabela 10 - Crimes registados na GNR: total e por tipo. 2001. **Fonte:** PORDATA

		Crimes				
		Tipo de crime				
 Territórios		Total	Contra as pessoas	Contra o património	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado
Anos		2013	2013	2013	2013	2013
Mértola		175	39	94	30	-
Odemira		846	148	480	159	14

Tabela 11 - Crimes registados na GNR: total e por tipo. 2013. **Fonte:** PORDATA

		Crimes				
		Tipo de crime				
Territórios		Total	Contra as pessoas	Contra o património	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado
Anos		2017	2017	2017	2017	2017
	Mértola	136	37	38	48	-
	Odemira	680	152	275	150	13

Tabela 12 - Crimes registados na GNR: total e por tipo. 2017. **Fonte:** PORDATA